

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	21
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	88

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000.000
Preferenciais	0
Total	1.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	102.338.864	98.290.468
1.01	Ativo Circulante	36.934.017	22.391.088
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.147.372	17.570.130
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.729.331	1.507.220
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.827.073	1.507.220
1.01.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	448.706	196.465
1.01.02.01.04	Cotas de Fundos de Investimento	1.378.367	1.310.755
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	7.902.258	0
1.01.02.02.02	Ações e certificados de depósito de ações	7.902.258	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.057.314	3.313.738
1.01.08.03	Outros	3.057.314	3.313.738
1.01.08.03.01	Operações de crédito	18.500	19.706
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	114.578	115.831
1.01.08.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	766.459	1.466.288
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições a Recuperar e Antecipações	2.012.663	1.651.279
1.01.08.03.06	Devedores por Depósitos em Garantia	30.865	29.035
1.01.08.03.09	Outros direitos a Receber	13.530	13.530
1.01.08.03.20	Outros	100.719	18.069
1.02	Ativo Não Circulante	65.404.847	75.899.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.593.599	73.943.160
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	122
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	122
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	62.122.110	72.404.974
1.02.01.02.02	Cotas de Fundos de Investimento	3.126.318	2.910.350
1.02.01.02.03	Ações e certificados de depósitos de ações	58.995.792	69.494.624
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	355.623	422.309
1.02.01.03.01	Debêntures	355.623	422.309
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.115.866	1.115.755
1.02.01.10.03	Operações de crédito	45.907	48.867
1.02.01.10.05	Direitos Recebíveis	225.226	199.670
1.02.01.10.08	Devedores por Depósitos em Garantia	826.711	832.568
1.02.01.10.10	Outros direitos a Receber	13.530	30.075
1.02.01.10.20	Outros	4.492	4.575
1.02.02	Investimentos	1.811.248	1.956.220
1.02.02.01	Participações Societárias	1.811.248	1.956.220
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.811.248	1.956.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	102.338.864	98.290.468
2.01	Passivo Circulante	1.615.450	3.119.416
2.01.03	Obrigações Fiscais	872.763	122.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	872.763	122.277
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	759.871	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	112.892	122.277
2.01.05	Outras Obrigações	742.453	2.997.139
2.01.05.02	Outros	742.453	2.997.139
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	2.009.293
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - PBB	15.090	17.467
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - PAS	31.847	27.737
2.01.05.02.10	Obrigações por depósitos a apropriar	146.851	39.658
2.01.05.02.11	Despesas administrativas a pagar	138.016	394.655
2.01.05.02.20	Diversas	410.649	508.329
2.01.06	Provisões	234	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	234	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	234	0
2.02	Passivo Não Circulante	9.899.933	9.409.368
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	34.290	33.902
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.290	33.902
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.290	33.902
2.02.02	Outras Obrigações	474.178	484.623
2.02.02.02	Outros	474.178	484.623
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - PBB	129.831	160.082
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - PAS	344.347	324.541
2.02.03	Tributos Diferidos	9.175.881	8.683.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.175.881	8.683.954
2.02.04	Provisões	215.584	206.889
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	215.584	206.889
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.109	7.762
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.935	30.102
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	180.540	169.025
2.03	Patrimônio Líquido	90.823.481	85.761.684
2.03.01	Capital Social Realizado	46.998.319	46.998.319
2.03.01.01	Capital Social	46.998.319	46.998.319
2.03.04	Reservas de Lucros	11.448.624	11.448.624
2.03.04.01	Reserva Legal	5.005.541	5.005.541
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.341	268.341
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.174.742	6.174.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.124.748	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.131.415	27.148.671
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	423.574	524.832
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-303.199	-358.762

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.122.878	2.708.564	2.845.285	3.677.782
3.01.01	Dividendos	31.866	1.093.594	2.058.323	2.756.179
3.01.02	Juros sobre capital próprio	729.705	1.324.091	568.714	592.809
3.01.03	Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	0	0	8	50
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	376.626	252.122	160.848	160.752
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	-15.319	38.757	57.392	167.992
3.03	Resultado Bruto	1.122.878	2.708.564	2.845.285	3.677.782
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-559.771	-1.246.217	-465.217	-719.181
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-614.653	-1.115.312	-461.010	-695.085
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-4.344	-8.929	-35.712	-59.504
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-3.265	-6.568	-2.927	-5.385
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-374.193	-749.849	-318.215	-623.915
3.04.02.05	Despesas com tributos	-112.407	-208.209	-48.884	-149.590
3.04.02.06	Atualização monetária líquida de ativos e passivos	399	24.854	-29.726	-57.570
3.04.02.07	Despesas Administrativas	-44.162	-86.983	-35.803	-85.310
3.04.02.20	Diversas	-76.681	-79.628	10.257	286.189
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.555	6.555	3.883	3.883
3.04.04.01	Participações societárias	6.555	6.555	3.883	3.883
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	75.600	75.600	0	0
3.04.05.02	Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	75.600	75.600	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.273	-213.060	-8.090	-27.979
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	563.107	1.462.347	2.380.068	2.958.601
3.06	Resultado Financeiro	768.091	1.393.714	199.397	684.235
3.06.01	Receitas Financeiras	753.889	1.385.957	663.121	1.163.328
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	46.630	55.853	30.320	53.882
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	707.259	1.330.104	632.801	1.109.446
3.06.02	Despesas Financeiras	14.202	7.757	-463.724	-479.093

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.06.02.02	Encargos financeiros referentes a obrigações perante o BNDES	-174	-389	-151	-276
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	6.130	8.146	-463.573	-478.817
3.06.02.06	Resultado da carteira de câmbio	8.246	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.331.198	2.856.061	2.579.465	3.642.836
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-305.813	-1.027.579	564.195	-165.911
3.08.01	Corrente	690.178	147.875	-3.402.525	-3.536.210
3.08.02	Diferido	-995.991	-1.175.454	3.966.720	3.370.299
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.025.385	1.828.482	3.143.660	3.476.925
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.025.385	1.828.482	3.143.660	3.476.925
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1.025,385	1.836,728	3.143,66	3.476,925
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1.025,385	1.836,728	3.143,66	3.476,925

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	1.025.385	1.836.728	3.143.660	3.476.925
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-15.679.089	-2.062.951	-3.983.971	-684.853
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-15.624.351	-2.017.257	-3.989.658	-473.398
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais próprias	-20.150	16.544	19.988	-212.606
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-54.697	-101.258	-26.296	-15.128
4.02.08	Hedge de investimento no exterior - de coligadas	12.354	29.808	7.596	5.774
4.02.09	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	7.755	9.212	4.399	10.505
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.653.704	-226.223	-840.311	2.792.072

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.775.441	6.752.190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.038.448	4.949.725
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.864.307	3.642.836
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	-8.146	478.817
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	8.929	59.504
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	213.060	27.979
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	-75.600	0
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-252.122	-160.752
6.01.01.15	Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais - VJORA	5.288.020	901.341
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	736.993	1.802.465
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	54.695	129.856
6.01.02.02	Diminuição (Aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	-382.574	198.622
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	276.450	1.021.355
6.01.02.04	Aumento (diminuição) líquida nas obrigações por empréstimos e repasses	388	2.776
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	2.136.216	931.706
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	-1.348.182	-481.850
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54.725	15.488
6.02.02	Compra de ativos de investimentos	-66.739	-4.469
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	12.014	19.957
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.143.474	-2.355.361
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-2.143.474	-2.355.361
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.577.242	4.412.317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.570.130	14.482.186
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.147.372	18.894.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	46.998.319	0	11.448.624	0	27.314.741	85.761.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.998.319	0	11.448.624	0	27.314.741	85.761.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.124.748	-2.062.951	5.061.797
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.836.728	0	1.836.728
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.288.020	-2.062.951	3.225.069
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.289.385	5.289.385
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.018.622	-2.018.622
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	39.020	39.020
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-101.259	-101.259
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	11.332	11.332
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	5.213	5.213
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	5.288.020	-5.288.020	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.998.319	0	11.448.624	7.124.748	25.251.790	90.823.481

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.686.406	0	12.309.647	0	26.679.894	78.675.947
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.686.406	0	12.309.647	0	26.679.894	78.675.947
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.311.912	0	-7.311.912	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	7.311.912	0	-7.311.912	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.378.266	-684.853	3.693.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.476.925	0	3.476.925
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	901.341	-684.853	216.488
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.113.969	1.113.969
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-686.026	-686.026
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	16.279	16.279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-15.128	-15.128
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-241.748	-241.748
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	29.142	29.142
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	901.341	-901.341	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.998.318	0	4.997.735	4.378.266	25.995.041	82.369.360

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	10.147.779	3.736.890
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.385.958	1.163.328
7.01.02	Outras Receitas	8.761.821	2.573.562
7.01.02.01	Realização de inst. patrimoniais designados ao VJORA	8.292.996	1.859.541
7.01.02.02	Outros	468.825	714.021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-224.656	-772.160
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-227.237	-212.505
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.165	-80.838
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	83.746	-478.817
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.923.123	2.964.730
7.04	Retenções	-4.203	-3.615
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.203	-3.615
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.918.920	2.961.115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.204.625	3.321.009
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-213.060	-27.979
7.06.03	Outros	2.417.685	3.348.988
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	2.417.685	3.348.988
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.123.545	6.282.124
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.123.545	6.282.124
7.08.01	Pessoal	674.245	561.399
7.08.01.01	Remuneração Direta	434.897	367.657
7.08.01.02	Benefícios	203.488	163.905
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.107	28.224
7.08.01.04	Outros	1.753	1.613
7.08.01.04.02	Outros	1.753	1.613
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.322.937	1.341.601
7.08.02.01	Federais	4.317.656	1.335.833
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	5.280	5.768
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.615	858
7.08.03.02	Aluguéis	1.615	858
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.124.748	4.378.266
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.124.748	4.378.266

Comentário sobre o desempenho

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela persistência de elevada incerteza na economia mundial. No Oriente Médio, o conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, iniciado ainda no primeiro trimestre, entrou, ao final de junho, em uma fase de relativa desescalada, embora ainda sem perspectiva clara de paz duradoura para a região. Ao mesmo tempo, os desdobramentos da agenda comercial protecionista dos Estados Unidos e as indefinições em torno da condução da política econômica continuaram a influenciar as decisões de investimento no país e no restante do mundo. Na Europa, a guerra na Ucrânia seguiu como importante foco de instabilidade, enquanto a ampliação dos gastos com defesa passou a ocupar posição cada vez mais relevante na estratégia econômica do continente. Em escala global, tanto o avanço das barreiras comerciais quanto a fragmentação geopolítica aceleraram a reorganização das cadeias produtivas, processo também impulsionado pelos investimentos em transição energética, inteligência artificial e novas tecnologias.

No campo macroeconômico, consolidou-se um ambiente global de inflação persistente, com a expectativa de juros elevados por mais tempo, implicando em projeções de crescimento mais contidas. Nos Estados Unidos, a atividade econômica vem perdendo dinamismo de forma gradual, com as projeções para o crescimento do país em 2026 recuando de 2,3% para 2,1%. Enquanto isso, a inflação ao consumidor voltou a ganhar força, acelerando de 2,7% nos doze meses encerrados em dezembro de 2025 para 4,5% em maio de 2026. Assim, diante da persistência das pressões inflacionárias, o FED interrompeu o ciclo de flexibilização monetária iniciado no segundo semestre de 2025, mantendo os juros inalterados, no intervalo de 3,50% a 3,75%, ao longo de todo o primeiro semestre de 2026. Na Zona do Euro, após encerrar 2025 com inflação de 2,0%, a alta dos preços também se intensificou, chegando a alcançar 3,2% nos doze meses encerrados em maio, impulsionada pelos itens de energia e de serviços. Em junho, a medida em doze meses recuou para 2,8%, ainda distante da meta de 2,0% e limitando espaços para afrouxamento monetário. As perspectivas de crescimento do PIB em 2026 para a Europa também foram reduzidas, de 1,3% no início do ano para 0,8%. Na China, por sua vez, a inflação ao consumidor permaneceu baixa, próxima de zero, refletindo a persistência de uma demanda doméstica moderada, apesar das medidas de estímulo ao crédito, ao consumo e ao investimento. Os preços ao produtor do país asiático, por outro lado, passaram ao terreno positivo pela primeira vez em quatro anos. As perspectivas para o PIB da China mantêm-se em um crescimento no entorno de 4,6%, calçadas pelo bom desempenho do comércio exterior, sustentado pelas exportações de automóveis e de bens intensivos em tecnologia.

Em síntese, a mudança da conjuntura internacional ocorrida ao longo do semestre envolveu maior inflação, políticas monetárias mais restritivas e uma desaceleração do dinamismo. Para as economias emergentes, esse contexto significou condições mais desafiadoras, com elevada volatilidade nos mercados de títulos e de ativos, maior seletividade dos fluxos de capitais, e custos de financiamento e investimento mais elevados. Ao mesmo tempo, a já referida reorganização das cadeias produtivas mundiais abriu oportunidades para países com

Comentário do Desempenho



fundamentos macroeconômicos sólidos e adequada capacidade logística, aparato institucional e ambiente de negócios, ampliem sua inserção internacional.

Nesse contexto, o Brasil segue como alternativa diferenciada de investimentos, por reunir estabilidade macroeconômica, matriz energética predominantemente renovável, amplo mercado consumidor e elevado potencial de investimento em infraestrutura, inovação, bioeconomia e economia de baixo carbono. A sustentabilidade das contas públicas permanece como um dos principais desafios, em um contexto global de elevados níveis de endividamento, observados também em diversas economias avançadas.

Em relação à economia doméstica, os dados recentes de atividade seguem sinalizando para uma atividade econômica mais moderada, que deve prosseguir nos próximos meses, influenciada por uma política monetária contracionista. O mercado de crédito também segue em desaceleração, em um ambiente de juros elevados, alto comprometimento de renda e inadimplência persistente, apesar das medidas recentes de estímulo e da sustentação proporcionada pelo crédito direcionado. Nesse sentido, o segundo trimestre também contou com um conjunto de estímulos fiscais e creditícios voltados a sustentar a demanda doméstica, o que deve ter contribuído para amortecer parte da desaceleração observada no período. Assim, espera-se desaceleração da atividade no segundo trimestre, ainda com crescimento próximo de 0,5% na margem, e expansão de 1,99% do PIB em 2026 (Relatório Focus de 03/07/2026). Em contrapartida, o mercado de trabalho se mantém resiliente: a taxa de desemprego permanece próxima da mínima histórica (5,6% no trimestre encerrado em maio, ou 5,5% com ajuste sazonal), e a população ocupada cresceu 0,8% em relação ao ano anterior. Ainda assim, já é possível observar sinais de perda de dinamismo: o rendimento real e a massa salarial, embora em patamar elevado, desaceleraram para 4,0% e 4,8%, respectivamente, movimento que, somado aos primeiros sinais de acomodação na criação de vagas, aponta para um mercado de trabalho ainda forte, mas com crescimento mais moderado ao longo do 2T26.

Além do mercado de trabalho, o setor externo foi outro fator de resiliência da economia brasileira, apoiado pela competitividade dos produtos de tradicionais setores exportadores, como agronegócio, mineração e petróleo. A consolidação de acordos comerciais, o fortalecimento das relações econômicas com diferentes parceiros, e a disponibilização de apoio a exportadores e fornecedores afetados por tarifas comerciais e pela crise no Oriente Médio também contribuíram de forma relevante para o desempenho positivo. No comparativo do primeiro semestre de 2026 com o primeiro semestre de 2025, as exportações brasileiras de bens apresentaram alta de 11,5%, totalizando US\$ 184,8 bilhões. Nas importações, a alta foi de 5,1%, para US\$ 142,4 bilhões. Isso implicou em um saldo comercial de bens de US\$ 42,4 bilhões, cerca de 40% maior do que o observado no mesmo período de 2025. O déficit em transações correntes acumulado em doze meses até maio de 2026 somou US\$ 64,1 bilhões (2,60% do PIB), ante US\$ 75,3 bilhões (3,52% do PIB) em maio de 2025. Em 03/07/2026, o Relatório Focus projetava, para o total do ano de 2026, déficit de US\$ 60 bilhões na conta corrente, saldo comercial de bens de US\$ 76,2 bilhões, e investimento direto no país de US\$ 76,0 bilhões.

Comentário do Desempenho



No tocante à inflação, o cenário segue desafiador, sobretudo pela inércia da inflação de serviços, que continua sendo a principal preocupação para a convergência da taxa à meta no médio prazo. A esse componente estrutural somaram-se, no período, choques de oferta relevantes: a escalada do conflito no Oriente Médio elevou as cotações internacionais do petróleo, com o Brent saltando de patamares próximos a US\$ 64 para valores acima de US\$ 100, pressionando os preços de combustíveis e demais itens administrados; paralelamente, a formação de um El Niño de forte intensidade no segundo semestre acrescenta risco à inflação de alimentos. O IPCA acumulado em doze meses em junho foi de 4,64%, com taxa projetada de 5,3% para o final do ano (Relatório Focus de 03/07/2026). No segundo trimestre de 2026, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de flexibilização da política monetária iniciado em março, adotando postura cautelosa no ritmo e nos comunicados, refletindo em parte a incerteza gerada por esses choques de oferta sobre a trajetória da inflação. Assim, o semestre foi encerrado com juros básicos em 14,25%, com projeção de mercado de taxa de 14,0% ao final do ano (Relatório Focus de 03/07/2026).

Em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES disponibiliza apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPME, para inovação e sustentabilidade, e para infraestrutura, disponível em todos os estágios de crescimento das companhias. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando com apoio também através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas.

Nas seções seguintes, apresentamos as principais informações econômico-financeiras e de desempenho relativas ao resultado do 1º semestre de 2026.



1. Principais Indicadores

	1S26	1S25	Δ(%)	2T26	2T25	Δ(%)
Resultado Ajustado						
Resultado com Participações Societárias Ajustado ¹	10.871	5.514	97,2	8.695	4.724	84,1
Resultado com Operações Financeiras	1.402	684	105,0	768	198	287,9
Outras Despesas e Receitas Ajustadas ¹	(1.397)	(1.190)	17,4	(867)	(955)	(9,2)
Tributação sobre o Lucro Ajustado ¹	(3.751)	(630)	495,4	(2.873)	101	(2.944,6)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ¹	7.125	4.378	62,7	5.723	4.068	40,7

R\$ milhões, exceto percentuais

	1S26	1S25	Δ(%)	2T26	2T25	Δ(%)
Resultado						
Resultado com Participações Societárias (RPS)	2.578	3.654	(29,4)	1.178	2.841	(58,5)
Resultado com Operações Financeiras	1.402	684	105,0	768	198	287,9
Outras Despesas e Receitas	(1.116)	(696)	60,3	(615)	(461)	33,4
Tributação sobre o Lucro	(1.027)	(166)	518,7	(305)	564	(154,1)
Lucro Líquido	1.837	3.476	(47,2)	1.026	3.142	(67,3)

¹ O Resultado Ajustado inclui o resultado com venda de ações de não coligadas e amortização de cotas de fundos que, desde 2018, com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros), passou a ser registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

R\$ milhões, exceto percentuais

30/06/2026	31/03/2026	Δ 2T26 (%)	31/12/2025	Δ 1S26 (%)
------------	------------	------------	------------	------------

Posição Financeira

Ativo Total (AT)	102.339	121.189	(15,6)	98.290	4,1
Disponibilidades	24.147	19.358	24,7	17.570	37,4
Participações Societárias (PS)	73.214	96.196	(23,9)	75.672	(3,2)
<i>Não coligadas</i>	66.898	89.971	(25,6)	69.495	(3,7)
<i>Coligadas</i>	1.811	1.737	4,3	1.956	(7,4)
<i>Cotas de Fundos de Investimentos</i>	4.505	4.488	0,4	4.221	6,7
Ativos Fiscais	2.013	1.780	13,1	1.651	21,9
Outros Ativos	2.609	3.434	(24,0)	2.975	(12,3)
Passivo Total (PT)	102.339	121.189	(15,6)	98.290	4,1
Empréstimos e Repasses	34	34	-	34	-
Passivos Fiscais	10.049	16.669	(39,7)	8.806	14,1
Outros Passivos	1.433	3.706	(61,3)	3.688	(61,1)
Patrimônio Líquido (PL)	90.823	100.780	(9,9)	85.762	5,9

¹ Líquidas de provisão.

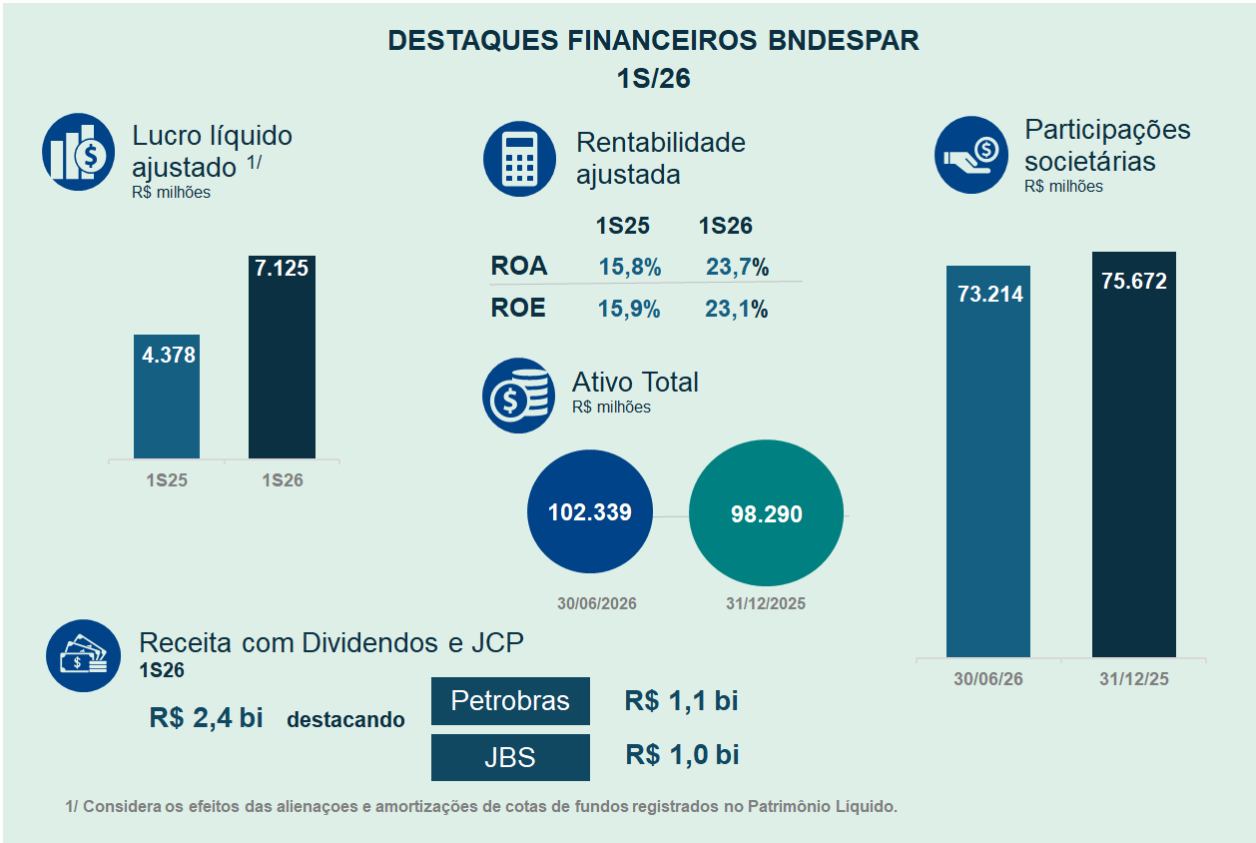
Comentário do Desempenho

BNDESPAR

	30/06/2026	31/03/2026	31/12/2025
Indicadores Financeiros			
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	88,7%	83,2%	87,3%
Participações Societárias/Ativo Total (PS/AT)	71,5%	79,4%	77,0%

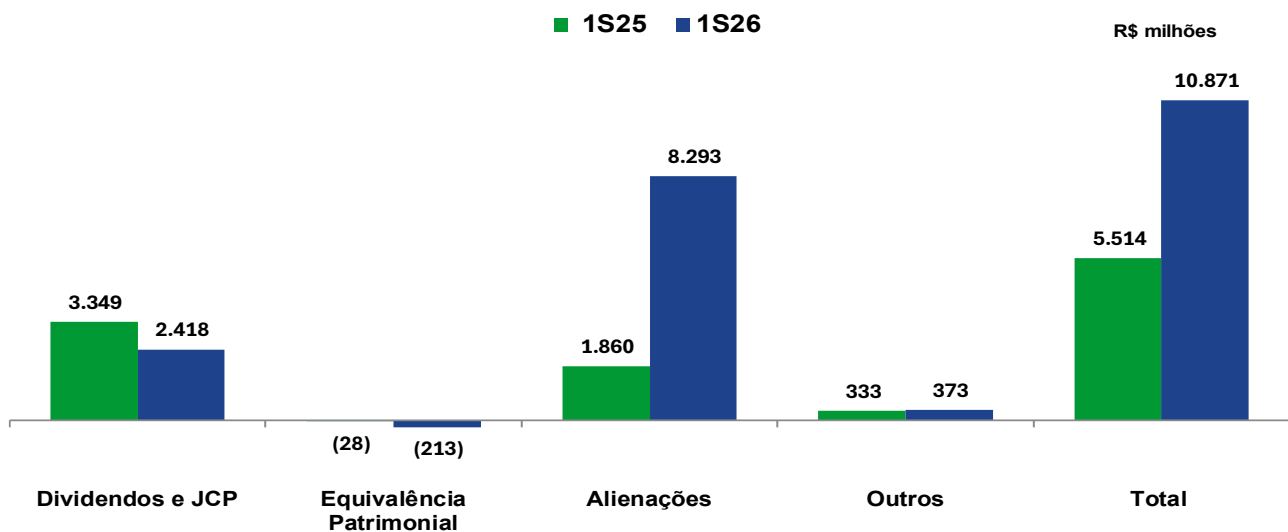
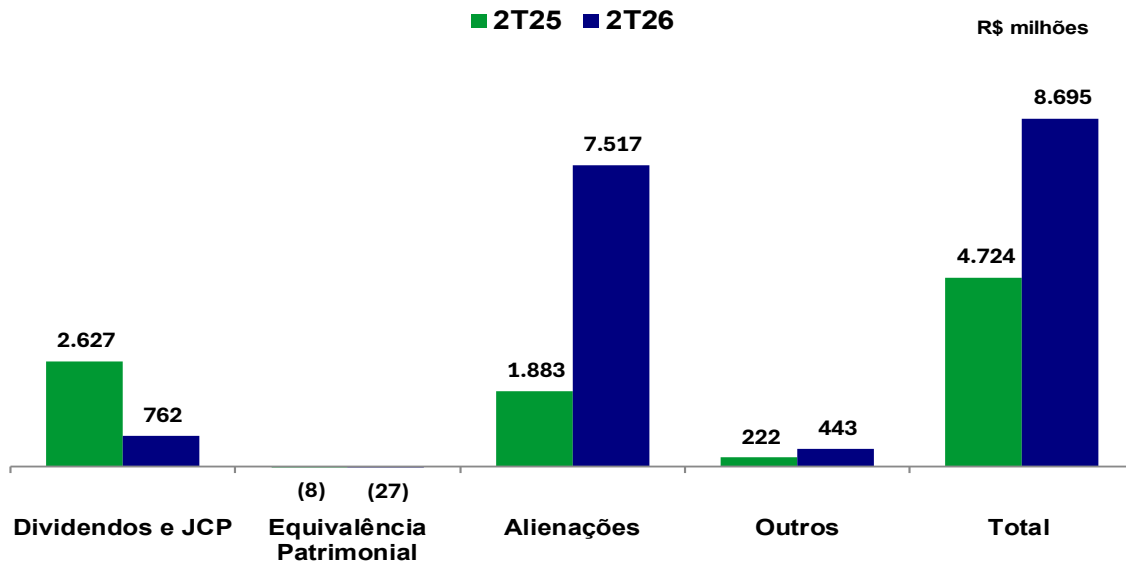
	1S26	1S25	2T26	2T25
Rentabilidade Ajustada pelas Alienações				
Retorno s/ Ativos (LL/AT _{médio})	23,7%	15,8%	36,6%	29,3%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL _{médio})	23,1%	15,9%	36,2%	29,4%
O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).				

2. Resultado



A BNDESPAR registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5,7 bilhões no 2T26, um aumento de 40,7% em relação ao lucro líquido ajustado de R\$ 4,1 bilhões no mesmo trimestre de 2025. No acumulado do 1S26, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 7,1 bilhões, ante R\$ 4,4 bilhões no 1S25, aumento de 62,7%. O resultado foi impactado, principalmente, por maior resultado de alienações com ações, líquido de efeitos tributários.

2.1. Resultado com Participações Societárias



O resultado com participações societárias ajustado no 2T26 foi de R\$ 8,7 bilhões, representando um aumento de 84,1% diante do resultado com participações societárias ajustado de R\$ 4,7 bilhões registrado no 2T25.

No acumulado do 1S26, tal resultado ajustado foi R\$ 10,9 bilhões, frente aos R\$ 5,5 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo maior resultado bruto com alienações de participações societárias, que somou R\$ 8,3 bilhões ante R\$ 1,9 bilhão no 1S25, com destaque para a venda de ações da Petrobras e Copel, que geraram resultado líquido de tributos de, respectivamente, R\$ 2,8 bilhões e R\$ 0,8 bilhão.



A receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 2T26 teve como destaque os dividendos recebidos da Petrobras (R\$ 0,6 bilhão). No acumulado do semestre, obteve-se um montante de R\$ 2,4 bilhões, destacando, além de Petrobras (R\$ 1,1 bilhão), dividendos de JBS (R\$ 1,0 bilhão), que juntas representaram 89,2% do total.

O resultado com equivalência patrimonial se manteve negativo, aumentando de R\$ 28 milhões no 1S25 para R\$ 213 milhões no 1S26.

2.2. Resultado com Operações Financeiras

O resultado com Operações Financeiras foi positivo tanto no 2T26 quanto no 1S26 alcançando R\$ 0,8 bilhão e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo resultado das operações compromissadas, refletindo o crescimento do saldo médio das disponibilidades.

2.3. Outras Despesas, líquidas

Compostas por despesas de pessoal e administrativas, despesas tributárias e outras despesas e receitas operacionais. No 1S26, essas despesas totalizaram R\$ 1,4 bilhão, representando um aumento de 17,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorreu, principalmente, da receita com reversão de provisão de valores relativos ao Plano Básico de Benefícios (PBB), em razão da baixa, realizada em 2025, dos contratos de dívida celebrados com a FAPES, conforme homologação de Acordo TCU/Consenso, não observada no exercício corrente.

2.4. Tributação sobre o Lucro Ajustado

A despesa de R\$ 3,8 bilhões no 1S26 (R\$ 0,6 bilhão no 1S25) decorre, principalmente, dos tributos a pagar sobre o resultado com alienações de ações, além de variações em créditos tributários diferidos.

No 2T25, foram registrados os efeitos tributários no contexto da operação de dupla listagem de ações da JBS no Brasil (B3) e nos Estados Unidos (NYSE). Esta operação gerou despesa de IR/CS corrente de R\$ 3,5 bilhões, atenuada por receita de IR/CS diferidos de R\$ 3,0 bilhões, pela baixa dos passivos diferidos relativos ao ajuste a valor de mercado sobre este investimento.

3. Posição Financeira

No 2T26, o Ativo Total da BNDESPAR atingiu R\$ 102,3 bilhões representando uma redução de 15,6% comparado ao 1T26. A variação em relação ao período anterior decorre, principalmente do ajuste de avaliação patrimonial negativo da carteira de Participações Societárias a Valor Justo (não coligadas).

3.1. Disponibilidades

O aumento em R\$ 4,8 bilhões (24,7%) no 2T26 decorreu do recebimento de provendos e das alienações com participações societárias no valor de R\$ 6,4 bilhões (com destaque para Petrobras, Copel e Axia Energia), atenuado por pagamento de dividendos de R\$ 2,1 bilhões ao BNDES.

3.2. Debêntures

A redução de R\$ 65 milhões (15,4%) em relação a 31/03/2026 deve-se, basicamente, à movimentação ordinária de amortizações, atenuadas por atualizações monetárias e juros.

3.3. Participações Societárias

No 2T26, houve queda de 25,6% na carteira de participações societárias, explicada pelo ajuste a valor de mercado negativo da carteira de não coligadas, principalmente Petrobras, JBS e Axia Energia, além de redução proveniente das alienações de ações, com destaque para Petrobras e Axia Energia.

Demonstramos na tabela abaixo a distribuição setorial da carteira de participações societárias:

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

	Ações
Petróleo e Gás	39,9%
Energia Elétrica	23,1%
Alimentos/Bebidas	16,9%
Bens de Capital	5,2%
Outros*	14,9%
Total	100,0%

* Inclui Fundos de Investimentos



3.4. Ativos Fiscais

O saldo de R\$ 2,0 bilhões refere-se basicamente a ativos fiscais correntes relativos a IR e CSLL a compensar e Imposto de Renda retido na fonte.

3.5. Outros Ativos

Composto principalmente por direitos recebíveis, depósitos em garantia, dividendos e JCP a receber e tributos a recuperar. A redução de R\$ 0,8 bilhão (24,0%) no 2T26 teve como destaque, recebimentos de dividendos, notadamente de JBS e COPEL, atenuados por registro de dividendos a receber, principalmente de Petrobras e COPEL.

3.6. Passivos Fiscais

A redução de R\$ 6,6 bilhões no saldo do passivo fiscal no 2T26, é explicada, principalmente, pelo decréscimo R\$ 7,0 bilhões dos impostos diferidos (passivo líquido do ativo), acompanhando o ajuste a valor de mercado negativo da carteira de não coligadas.

3.7. Outras Obrigações

Referem-se a empréstimos e repasses, passivos fiscais e outros passivos. A queda de R\$ 2,3 bilhões (61,3%) no 2T26 se deve, principalmente, pelo pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2025 (R\$ 2,1 bilhões).

3.8. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido teve redução de R\$ 10,0 bilhões no 2T26, em função do efeito do ajuste de avaliação patrimonial negativo de não coligadas, líquido de tributos, de R\$ 15,7 bilhões, atenuado pelo lucro líquido ajustado do trimestre de R\$ 5,7 bilhões.



4. Eventos Subsequentes

4.1 Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 06/08/2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de remuneração aos acionistas no valor de R\$ 1,34814262 por ação ordinária e preferencial como antecipação relativa ao exercício de 2026.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,67407131, em 23/11/2026, integralmente sob a forma de juros sobre capital próprio; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,67407131, em 21/12/2026, sendo R\$ 0,47156696 sob a forma de dividendos e R\$ 0,20250435 sob a forma de juros sobre capital próprio.

Considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 30/06/2026, o valor total estimado de remuneração a receber perfaz R\$ 999 milhões.

5. Instrução CVM 162/2022

Em conformidade à Instrução CVM nº 162/22, a BNDESPAR declara que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Notas Explicativas



BNDESPAR

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

30 de junho de 2026



 **BNDESPAR**

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

SUMÁRIO	
Informações Trimestrais	BALANÇOS PATRIMONIAIS 3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 4
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE 5
	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 7
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 8
Notas explicativas às Informações Trimestrais	1. CONTEXTO OPERACIONAL 9
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 9
	3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS 11
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 15
	5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 16
	6. CARTEIRA DE CRÉDITO 19
	7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 21
	8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS 22
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS 23
	10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 25
	11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS 28
	12. PARTES RELACIONADAS 30
	13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS 32
	14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 39
	15. GESTÃO DE RISCOS 40
	16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 42
	17. EVENTOS SUBSEQUENTES 42
	18. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 43
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO 64
	RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 65

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS ⁽¹⁾

	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		36.934.017	22.391.088
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)		1.827.073	1.507.220
Títulos e valores mobiliários	5	1.378.367	1.310.755
Derivativos	5.4	448.706	196.465
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		7.902.258	-
Títulos e valores mobiliários	5	7.902.258	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		25.192.023	19.232.589
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	24.147.372	17.570.130
Operações de crédito	6	18.500	19.706
Outras operações com características de concessão de crédito	6	114.578	115.831
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	5.1.2	766.459	1.466.288
Outros ativos financeiros	7	145.114	60.634
Ativos fiscais correntes	10.2	2.012.663	1.651.279
ATIVO NÃO CIRCULANTE		65.404.847	75.899.380
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		63.593.599	73.943.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)		-	122
Derivativos	5.4	-	122
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		62.122.110	72.404.974
Títulos e valores mobiliários	5	62.122.110	72.404.974
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.466.997	1.533.489
Operações de crédito	6	45.907	48.867
Outras operações com características de concessão de crédito	6	580.849	621.979
Outros ativos financeiros	7	840.241	862.643
Outros ativos		4.492	4.575
Investimentos em coligadas	9	1.811.248	1.956.220
TOTAL DO ATIVO		102.338.864	98.290.468
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.615.450	3.119.416
Passivos financeiros ao custo amortizado		152.347	2.050.026
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.1	-	2.009.293
Outros passivos financeiros		152.347	40.733
Passivos fiscais correntes	10.3	872.763	122.277
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	13.1	46.937	45.204
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	234	-
Outros passivos		543.169	901.909
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.899.933	9.409.368
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.899.933	9.409.368
Passivos financeiros ao custo amortizado		34.290	33.902
Obrigações por repasses - BNDES	12.1	34.290	33.902
Passivos fiscais diferidos	10.4	9.175.881	8.683.954
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	13.1	474.178	484.623
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	215.584	206.889
TOTAL DO PASSIVO		11.515.383	12.528.784
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	46.998.319	46.998.319
Reservas de lucros	14.2	11.448.624	11.448.624
Outros resultados abrangentes	14.3	25.251.790	27.314.741
Lucros acumulados		7.124.748	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.823.481	85.761.684
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.338.864	98.290.468

⁽¹⁾ A partir de 31 de março de 2026, o Balanço Patrimonial passou a ser apresentado em formato distinto daquele adotado em exercícios anteriores, com o objetivo de fornecer um resumo estruturado mais útil da posição patrimonial e financeira da Instituição, em linha com as melhores práticas de apresentação e divulgação previstas nos normativos contábeis aplicáveis. A nova apresentação reflete ajustes exclusivamente na agregação e desagregação de rubricas, bem como na ordem de apresentação dos itens, considerando a natureza, a função e a relevância das contas. Ressalta-se que não houve reclassificação de valores entre rubricas, nem alteração nos critérios de reconhecimento e mensuração; os ajustes efetuados referem-se apenas à forma de apresentação, sem impacto sobre o patrimônio líquido, o resultado do período ou os fluxos de caixa divulgados.

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	Três meses findos		Seis meses findos	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS OPERACIONAIS		1.856.049	3.504.199	3.888.016	4.817.014
De participações societárias		1.102.160	2.841.078	2.502.059	3.653.686
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(27.273)	(8.090)	(213.060)	(27.979)
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição		-	8	-	50
Resultado com derivativos		376.626	160.848	252.122	160.752
Juros sobre o capital próprio	5.1.1	729.705	568.714	1.324.091	592.809
Dividendos	5.1.1	31.866	2.058.323	1.093.594	2.756.179
Outras receitas (despesas) com participações societárias		6.555	3.883	6.555	3.883
Resultado com fundos de investimento		(15.319)	57.392	38.757	167.992
De operações financeiras	8	753.889	663.121	1.385.957	1.163.328
Receitas de operações de crédito		46.630	30.320	55.853	53.882
Títulos e valores mobiliários		707.259	632.801	1.330.104	1.109.446
DESPESAS OPERACIONAIS		89.802	(463.724)	91.603	(479.093)
De participações societárias		75.600	-	75.600	-
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	9.1	75.600	-	75.600	-
De operações financeiras	8	14.202	(463.724)	16.003	(479.093)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES		(174)	(151)	(389)	(276)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	8.1	6.130	(463.573)	8.146	(478.817)
Resultado da carteira de câmbio		8.246	-	8.246	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(614.653)	(461.010)	(1.115.312)	(695.085)
Despesas com tributos		(112.407)	(48.884)	(208.209)	(149.590)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(3.265)	(2.927)	(6.568)	(5.385)
Despesas com pessoal		(374.193)	(318.215)	(749.849)	(623.915)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	(4.344)	(35.712)	(8.929)	(59.504)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		399	(29.726)	24.854	(57.570)
Despesas administrativas		(44.162)	(35.803)	(86.983)	(85.310)
Diversas	8.2	(76.681)	10.257	(79.628)	286.189
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.331.198	2.579.465	2.864.307	3.642.836
Tributos correntes	10.1	690.178	(3.402.525)	147.875	(3.536.210)
Tributos diferidos	10.1	(995.991)	3.966.720	(1.175.454)	3.370.299
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.025.385	3.143.660	1.836.728	3.476.925
Quantidade de ações	14	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1.025	3.144	1.837	3.477

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.025.385	3.143.660	1.836.728	3.476.925
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(34.588)	(14.301)	(62.238)	1.151
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(54.697)	(26.296)	(101.258)	(15.128)
Hedge de investimento no exterior - de coligadas	12.354	7.596	29.808	5.774
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	7.755	4.399	9.212	10.505
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(15.644.501)	(3.969.670)	(2.000.713)	(686.004)
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	(23.638.334)	(6.008.243)	(3.004.569)	(745.572)
Efeito fiscal	8.013.983	2.018.585	987.312	272.174
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	(22.906)	14.883	11.331	(241.748)
Efeito fiscal	2.756	5.105	5.213	29.142
Total de Outros Resultados Abrangentes	(15.679.089)	(3.983.971)	(2.062.951)	(684.853)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(14.653.704)	(840.311)	(226.223)	2.792.072

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Reserva para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Em 1º de janeiro de 2025		39.686.406	4.582.532	268.341	146.862	7.311.912	-	26.245.972	433.922	-	78.675.947
Aumento de capital	14.1	7.311.912	-	-	-	(7.311.912)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	14.3	-	-	-	-	-	-	215.337	1.151	-	216.488
Perda (ganho) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.4	-	-	-	-	-	-	(901.341)	-	901.341	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	3.476.925	3.476.925
Em 30 de junho de 2025		46.998.318	4.582.532	268.341	146.862	-	-	25.559.968	435.073	4.378.266	82.369.360
Mutações no período		7.311.912	-	-	-	(7.311.912)	-	(686.004)	1.151	4.378.266	3.693.413
Em 1º de janeiro de 2026		46.998.319	5.005.541	268.341	-	-	6.174.742	26.960.436	354.305	-	85.761.684
Ajustes de avaliação patrimonial	14.3	-	-	-	-	-	-	3.287.307	(62.238)	-	3.225.069
Perda (ganho) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.4	-	-	-	-	-	-	(5.288.020)	-	5.288.020	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	1.836.728	1.836.728
Em 30 de junho de 2026		46.998.319	5.005.541	268.341	-	-	6.174.742	24.959.723	292.067	7.124.748	90.823.481
Mutações no período		-	-	-	-	-	-	(2.000.713)	(62.238)	7.124.748	5.061.797

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.864.307	3.642.836
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.174.141	1.306.889
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	(8.146)	478.817
Constituição das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	8.929	59.504
Resultado de participações em coligadas	213.060	27.979
Ganho (perda) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	5.288.020	901.341
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	(75.600)	-
Resultado com derivativos	(252.122)	(160.752)
Variação de ativos e passivos	2.085.175	2.284.315
. (Aumento) / redução líquido em operações com características de concessão de crédito	54.695	129.856
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(382.574)	198.622
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	276.450	1.021.355
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	388	2.776
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	2.136.216	931.706
Caixa gerado (consumido) nas operações	10.123.623	7.234.040
. IR e CSLL pagos	(1.348.182)	(481.850)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	8.775.441	6.752.190
Atividades de investimentos		
. Compra de investimentos	(66.739)	(4.469)
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	12.014	19.957
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(54.725)	15.488
Atividades de financiamentos		
. Dividendos pagos	(2.143.474)	(2.355.361)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(2.143.474)	(2.355.361)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.577.242	4.412.317
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.570.130	14.482.186
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	24.147.372	18.894.503
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.577.242	4.412.317

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	30/06/2026		30/06/2025	
RECEITAS	10.147.779		3.736.890	
Intermediação financeira	1.385.957		1.163.328	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	8.292.997		1.859.541	
Outras receitas	468.825		714.021	
DESPESAS	(227.237)		(212.505)	
Intermediação financeira	7.857		(276)	
Outras despesas	(235.094)		(212.229)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.581		(559.655)	
Materiais, energia e outros	(12.596)		(12.842)	
Serviços de terceiros	(68.569)		(67.996)	
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	83.746		(478.817)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.923.123		2.964.730	
RETENÇÕES	(4.203)		(3.615)	
Depreciação	(4.203)		(3.615)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	9.918.920		2.961.115	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.204.625		3.321.009	
Resultado de equivalência patrimonial	(213.060)		(27.979)	
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.417.685		3.348.988	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.123.545		6.282.124	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.123.545	100,0%	6.282.124	100,0%
Pessoal e encargos	674.245	5,5%	561.399	8,9%
- Remuneração direta	434.897		367.657	
- Benefícios	203.488		163.905	
- FGTS	34.107		28.224	
- Outros	1.753		1.613	
Impostos, taxas e contribuições	4.322.937	35,7%	1.341.601	21,4%
- Federais	4.317.656		1.335.833	
- Estaduais	1		-	
- Municipais	5.280		5.768	
Aluguéis	1.615	0,0%	858	0,0%
Lucros retidos	7.124.748	58,8%	4.378.266	69,7%

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974 como subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário, transitório e não executivo e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Objetivos e atuação

A BNDESPAR tem por objetivo, conforme seu Estatuto Social, o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento ao mercado de capitais, bem como o incentivo e o apoio a operações abrangidas por seu objeto social, que inclui: capitalização e/ou desenvolvimento de sociedades, observados os planos e políticas do BNDES; apoio a instrumentos e sociedades com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivos de forma sustentável; acréscimo de oferta de valores mobiliários e democratização da propriedade do capital de empresas; administração e gestão de carteira de valores mobiliários proprietária e de terceiros; estruturação de soluções financeiras e de processos de Desestatização e de Parceria Público-Privada de iniciativa da União e demais Entes da Federação; e prestação de consultoria especializada a administradores e gestores de fundos de investimento em direitos creditórios, em suas atividades de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira dos respectivos fundos.

Informações adicionais sobre as formas de atuação da BNDESPAR podem ser consultadas no *site* www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 06 de agosto de 2026. O Conselho de Administração da BNDESPAR, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente à emissão em 11 de agosto de 2026.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico no qual a entidade opera.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

2.2.1. Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão da BNDESPAR.

2.2.2. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das demonstrações financeiras da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido a sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre as principais práticas contábeis aplicadas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 18 deste relatório.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelos pronunciamentos contábeis CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 46 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa n.º 15 sobre gestão de riscos.

3.1. Classificação por categoria

Ativos financeiros	30/06/2026			
	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Total
Aplicações em operações compromissadas	-	-	24.147.372	24.147.372
Títulos e valores mobiliários				
Ações e certificados de depósito de ações ⁽¹⁾	-	66.898.050	-	66.898.050
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	1.378.367	3.126.318	-	4.504.685
Derivativos	448.706	-	-	448.706
Operações de crédito	-	-	64.407	64.407
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures	-	-	355.623	355.623
Direitos recebíveis	-	-	339.804	339.804
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	-	766.459	766.459
Devedores por depósitos em garantia	-	-	857.576	857.576
Outros ativos financeiros	-	-	127.779	127.779
Total	1.827.073	70.024.368	26.659.020	98.510.461

⁽¹⁾ Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial à categoria VJORA.

⁽²⁾ Os montantes na categoria VJORA referem-se à instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros	Custo amortizado	Total
Outros passivos financeiros	186.637	186.637
Total	186.637	186.637

Ativos financeiros	31/12/2025			
	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Total
Aplicações em operações compromissadas	-	-	17.570.130	17.570.130
Títulos e valores mobiliários				
Ações e certificados de depósito de ações ⁽¹⁾	-	69.494.624	-	69.494.624
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	1.310.755	2.910.350	-	4.221.105
Derivativos	196.587	-	-	196.587
Operações de crédito	-	-	68.573	68.573
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures	-	-	422.309	422.309
Direitos recebíveis	-	-	315.501	315.501
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	-	1.466.288	1.466.288
Devedores por depósitos em garantia	-	-	861.603	861.603
Outros ativos financeiros	-	-	61.674	61.674
Total	1.507.342	72.404.974	20.766.078	94.678.394

⁽¹⁾ Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial à categoria VJORA.

⁽²⁾ Os montantes na categoria VJORA referem-se à instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros	Custo amortizado	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.009.293	2.009.293
Outros passivos financeiros	74.635	74.635
Total	2.083.928	2.083.928

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo.

	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.378.367	1.378.367
Derivativos	-	-	448.706	448.706
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	63.049.558	271.773	3.576.719	66.898.050
Cotas de fundos de investimento	46.500	-	3.079.818	3.126.318
Total	63.096.058	271.773	8.483.610	71.851.441

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.310.755	1.310.755
Derivativos	-	-	196.587	196.587
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	65.880.573	418.857	3.195.194	69.494.624
Cotas de fundos de investimento	45.713	-	2.864.637	2.910.350
Total	65.926.286	418.857	7.567.173	73.912.316

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os ativos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, quando comparado à posição no início e no final dos exercícios. Os valores apresentados correspondem ao saldo do ativo reclassificado na data-base reportada.

	30/06/2026		31/12/2025	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	-	24.186	16.651	-

As razões para essas transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.4.1.3.

3.2.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

	30/06/2026				
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Total
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento	
Saldo no início do exercício	1.310.755	196.587	3.195.194	2.864.637	7.567.173
Transferências para Nível 3	-	-	7.411	-	7.411
Ganhos (perdas) incluídos no/em:	-	-	-	-	-
Resultado do período	38.757	252.119	-	-	290.876
Outros resultados abrangentes	-	-	374.824	(45.392)	329.432
Aquisições	118.059	-	-	407.366	525.425
Alienações/resgates/amortizações	(89.204)	-	(710)	(146.793)	(236.707)
Saldo no final do período	1.378.367	448.706	3.576.719	3.079.818	8.483.610

	31/12/2025				Total
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento	
Saldo no início do exercício	1.294.705	675	3.102.578	2.489.336	6.887.294
Transferências do Nível 3	-	-	(68.918)	-	(68.918)
Transferências para Nível 3	-	-	9.452	-	9.452
Ganhos (perdas) incluídos no/em:					-
Resultado do exercício	225.117	34.803	-	-	259.920
Outros resultados abrangentes	-	-	(17.644)	140.719	123.075
Aquisições	194.293	161.109	169.726	453.709	978.837
Alienações/resgates/amortizações/conversão	(403.360)	-	-	(219.127)	(622.487)
Saldo no final do exercício	1.310.755	196.587	3.195.194	2.864.637	7.567.173

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

Ativos	Variáveis não observáveis	30/06/2026	31/12/2025
Ações	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 4,1% a 7,2%	de 4,2% a 6,6%
	Taxas de desconto	de 13,8% a 15,3%	de 13,2% a 15%
	Múltiplos	de 1,1x a 8,5x	de 1,1x a 7,8x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,25 a 0,68	de 0,25 a 0,67

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis foram agregados em duas categorias apresentadas na tabela a seguir, a qual evidencia a sensibilidade a alterações para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	30/06/2026		31/12/2025	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(137.837)	(665.654)	(131.075)	(606.724)
	Cenário II	(344.592)	(1.664.134)	(327.689)	(1.516.811)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(12.643)	-	(11.611)
	Cenário II	-	(25.229)	-	(23.134)

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

3.3. Valor justo de ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Aplicações em operações compromissadas	24.147.372	24.147.372	17.570.130	17.570.130
Operações de crédito ⁽¹⁾	64.407	64.407	68.573	68.573
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures ^{(1) (2)}	355.623	405.104	422.309	405.100
Direitos recebíveis ^{(1) (3)}	339.804	339.804	315.501	315.501
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber ⁽³⁾	766.459	766.459	1.466.288	1.466.288
Devedores por depósitos em garantia ⁽³⁾	857.576	857.576	861.603	861.603
Outros ativos financeiros ⁽³⁾	127.779	127.779	61.674	61.674
Total	26.659.020	26.708.501	20.766.078	20.748.869

⁽¹⁾ Valores líquidos da provisão para perdas de crédito.

⁽²⁾ Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

⁽³⁾ O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.4. Exposição a risco de crédito

3.4.1. Carteira por estágios

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	64.618	27	-	64.645	68.861	-	-	68.861
Outras operações com características de operações de crédito								
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado)	356.743	-	-	356.743	423.802	-	-	423.802
Direitos recebíveis	316.981	-	2.250.289	2.567.270	293.840	-	2.254.952	2.548.792
Total	738.342	27	2.250.289	2.988.658	786.503	-	2.254.952	3.041.455

3.4.2. Concentração por setor de atividade

	30/06/2026				31/12/2025			
	Outros créditos	Operação de crédito	Debêntures	Total	Outros créditos	Operação de crédito	Debêntures	Total
Setor público								
Indústria	-	-	156.337	156.337	-	-	160.463	160.463
Setor privado								
Indústria	406.249	64.618	200.406	671.273	387.594	68.861	263.339	719.794
Intermediação financeira	2.157.203	-	-	2.157.203	-	-	-	-
Outros serviços	3.818	27	-	3.845	2.161.198	-	-	2.161.198
Subtotal	2.567.270	64.645	200.406	2.832.321	2.548.792	68.861	263.339	2.880.992
Total	2.567.270	64.645	356.743	2.988.658	2.548.792	68.861	423.802	3.041.455

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas	24.147.372	17.570.130

As operações compromissadas são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2026			31/12/2025		
	VJR	VJORA	Total	VJR	VJORA	Total
Ações e certificados de depósito de ações	-	66.898.050	66.898.050	-	69.494.624	69.494.624
Cotas de fundos de investimento	1.378.367	3.126.318	4.504.685	1.310.755	2.910.350	4.221.105
Total	1.378.367	70.024.368	71.402.735	1.310.755	72.404.974	73.715.729

5.1. Ações designadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

A carteira de participações societárias da BNDESPAR é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, designadas no reconhecimento inicial à categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, investimentos em empresas coligadas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, com perspectiva de longo prazo.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 30/06/2026		% de participação no capital total em 30/06/2026	Valor contábil	
	Ordinárias	Preferenciais		30/06/2026	31/12/2025
Nível 1					
PETROBRAS	-	741.062	5,75	28.071.438	27.771.494
JBS N.V	199.288	-	17,14	12.269.901	15.812.571
COPEL	553.474	-	18,56	8.307.642	8.558.292
AXIA ENERGIA	83.740	23.803	3,65	5.821.034	5.779.379
EMBRAER	39.762	-	5,37	3.245.017	3.544.031
CEMIG	106.610	-	3,73	1.669.514	1.566.103
ENERGISA - UNITS	32.260	129.039	6,40	1.544.270	1.521.366
SIMPAR	58.376	-	10,00	455.331	-
COPASA	6.580	-	1,73	393.931	571.782
COSAN	81.800	-	2,06	299.388	436.812
MOVIDA	23.918	-	5,95	224.107	-
VAMOS	65.797	-	5,39	185.547	-
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,92	171.086	151.600
Subtotal Nível 1				62.658.206	65.713.430
Outras empresas - Nível 1				391.352	167.143
Total Nível 1				63.049.558	65.880.573
Nível 2				271.773	418.857
Nível 3				3.576.719	3.195.194
TOTAL				66.898.050	69.494.624
Circulante				7.902.258	-
Não circulante				58.995.792	69.494.624

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.1.1. Receita de Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JCP)

Empresas	Três meses findos					
	30/06/2026			30/06/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	-	552.363	552.363	277.668	540.773	818.441
JBS N.V. ⁽¹⁾	(122)	-	(122)	-	-	-
Copel	-	140.199	140.199	282.249	-	282.249
Cemig	25.198	23.498	48.696	70.236	22.239	92.475
Cemig	-	-	-	19.992	-	19.992
JBS	-	-	-	1.303.637	-	1.303.637
Axia	-	-	-	66.493	-	66.493
Subtotal	25.076	716.060	741.136	2.020.275	563.012	2.583.287
Outras empresas	6.790	13.645	20.435	38.048	5.702	43.750
Total	31.866	729.705	761.571	2.058.323	568.714	2.627.037

Empresas	Seis meses findos					
	30/06/2026			30/06/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	-	1.116.101	1.116.101	916.408	540.773	1.457.181
JBS	1.041.780	-	1.041.780	-	-	-
Copel ⁽¹⁾	(44)	140.163	140.119	282.249	-	282.249
Cemig	25.198	48.018	73.216	70.236	42.401	112.637
Naturgy	19.846	-	19.846	19.992	-	19.992
JBS	-	-	-	1.303.637	-	1.303.637
Axia	-	-	-	66.493	-	66.493
Energisa	-	-	-	55.721	-	55.721
Subtotal	1.086.780	1.304.282	2.391.062	2.714.736	583.174	3.297.910
Outras empresas	6.814	19.809	26.623	41.443	9.635	51.078
Total	1.093.594	1.324.091	2.417.685	2.756.179	592.809	3.348.988

⁽¹⁾ Valores negativos representam redução dos dividendos registrados em período anterior pela BNDESPAR em função dos seguintes eventos: venda de parte do ativo e alteração do valor previamente divulgado pela investida.

Do total da receita com proventos de R\$ 2.417.685 apurada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, R\$ 144.287 são atribuídos ações que não mais estão na carteira da BNDESPAR.

5.1.2. Dividendos e JCP a receber

Os valores a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na linha "Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber" do balanço, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	30/06/2026	31/12/2025
Ações VJORA		
Dividendos	33.182	590.492
Juros sobre o capital próprio	694.313	837.113
	727.495	1.427.605
Coligadas		
Dividendos	38.964	38.683
	38.964	38.683
Total	766.459	1.466.288

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.2. Cotas de fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das informações trimestrais.

Fundo	Administrador	30/06/2026	31/12/2025
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	457.666	412.306
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	427.491	391.006
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	340.334	301.840
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	319.968	336.071
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	285.303	257.292
Lightrock LATAM Fund I FIP	Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	271.929	268.151
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	208.069	213.573
Pátria Infra Crédito FIDC	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	172.096	136.985
Pátria Infraestrutura V	XP Investimentos CCTVM S.A.	165.784	49.433
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	134.174	133.082
ALAO V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.	128.153	112.118
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	122.266	122.302
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	121.518	118.932
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	110.701	118.795
Vinci Climate Change FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	107.969	43.665
Subtotal		3.373.421	3.015.551
Outros		1.131.264	1.205.554
Total		4.504.685	4.221.105
Circulante		1.378.367	1.310.755
Não circulante		3.126.318	2.910.350

5.3. Ganhos pela realização de instrumentos patrimoniais

O ganho ou perda na alienação de ações classificadas na categoria VJORA é reconhecido em Lucros Acumulados, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 14.4, e apresentado na linha “Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA” das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Lucros Acumulados - Realização de instrumentos patrimoniais designados VJORA	30/06/2026	30/06/2025
Ações		
Alienação	8.237.900	434.547
Desreconhecimento ⁽¹⁾	-	1.383.502
Resgate	(3.333)	-
Efeito tributário	(2.985.228)	(944.093)
Total ações VJORA	5.249.339	873.956
Cotas de fundos de investimento		
Amortização de cotas	58.430	41.492
Efeito tributário	(19.749)	(14.107)
Total cotas de Fundos de investimento VJORA	38.681	27.385
Total	5.288.020	901.341

⁽¹⁾ Em junho de 2025 os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”). Nesse contexto, a BNDESPAR deixou de possuir ações da JBS S.A. e passou a ser acionista da JBS N.V. Tal operação resultou em ganho de R\$ 1.383.502 reconhecido em lucros acumulados, correspondente ao ajuste a valor justo da participação na JBS S/A reconhecido em outros resultados abrangentes e realizado com o desreconhecimento desse ativo. O efeito total da operação, líquido de tributos, foi R\$ 634.043.

5.4 Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir.

	Metodologia de precificação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Opção de venda	Simulação de Monte Carlo	dez/26	448.660	196.464
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes	mar/27	46	123
			448.706	196.587
Circulante			448.706	196.465
Não circulante			-	122

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6. CARTEIRA DE CRÉDITO

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Operações de crédito						
Saldo bruto	18.737	45.908	64.645	19.994	48.867	68.861
Provisão para perdas de crédito	(237)	(1)	(238)	(288)	-	(288)
Total	18.500	45.907	64.407	19.706	48.867	68.573
Outras operações com características de operações de crédito						
Direitos recebíveis						
Saldo bruto	165.898	2.401.372	2.567.270	157.724	2.391.068	2.548.792
Provisão para perdas de crédito	(51.320)	(2.176.146)	(2.227.466)	(41.893)	(2.191.398)	(2.233.291)
Subtotal	114.578	225.226	339.804	115.831	199.670	315.501
Debêntures						
Saldo bruto	-	356.743	356.743	-	423.802	423.802
Provisão para perdas de crédito	-	(1.120)	(1.120)	-	(1.493)	(1.493)
Subtotal	-	355.623	355.623	-	422.309	422.309
Total	114.578	580.849	695.427	115.831	621.979	737.810
Total da Carteira de crédito	133.078	626.756	759.834	135.537	670.846	806.383

6.1. Operação de crédito e direitos recebíveis

6.1.1. Carteira bruta por vencimento

30/06/2026		31/12/2025	
Vencido	7.912	Vencido	3.363
A vencer:		A vencer:	
Até 1 ano	176.723	Até 1 ano	174.355
Entre 1 e 2 anos	128.776	Entre 1 e 2 anos	129.572
Entre 2 e 3 anos	125.853	Entre 2 e 3 anos	125.418
Entre 3 e 5 anos	59.365	Entre 3 e 5 anos	59.831
Entre 5 e 10 anos	107.254	Entre 5 e 10 anos	108.575
Após 10 anos	2.026.032	Após 10 anos	2.016.539
Total	2.631.915	Total	2.617.653

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.1.2. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por estágios

	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Saldo no início do exercício	(288)	-	-	(288)
(Constituição) / reversão líquida	51	(1)	-	50
Saldo no final do período	(237)	(1)	-	(238)
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	(4.679)	-	(2.228.612)	(2.233.291)
(Constituição) / reversão líquida	58	-	5.767	5.825
Saldo no final do período	(4.621)	-	(2.222.845)	(2.227.466)

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Reclassificação	(340)	-	-	(340)
(Constituição) / reversão líquida	52	-	-	52
Saldo no final do exercício	(288)	-	-	(288)
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	(340)	-	(86.586)	(86.926)
Reclassificação	340	-	-	340
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(346.347)	(346.347)
Baixas para prejuízo	-	-	432.933	432.933
Saldo no final do exercício	-	-	-	-
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	(14.001)	-	(3.367.550)	(3.381.551)
(Constituição) / reversão líquida	9.322	-	(182.128)	(172.806)
Baixas para prejuízo	-	-	1.321.066	1.321.066
Saldo no final do exercício	(4.679)	-	(2.228.612)	(2.233.291)

No primeiro trimestre de 2025 houve mudança de estimativa contábil conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 18.19.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.2 Debêntures

6.2.1. Carteira bruta por vencimento

	30/06/2026
	Avaliadas ao custo amortizado
A vencer:	
Até 1 ano	-
Entre 1 e 2 anos	234.847
Entre 2 e 3 anos	-
Entre 3 e 5 anos	42.854
Entre 5 e 10 anos	-
Após 10 anos	79.042
Total	356.743

	31/12/2025
	Avaliadas ao custo amortizado
A vencer:	
Até 1 ano	-
Entre 1 e 2 anos	292.553
Entre 2 e 3 anos	16.512
Entre 3 e 5 anos	-
Entre 5 e 10 anos	45.815
Após 10 anos	68.922
Total	423.802

6.2.2. Movimentação da provisão para perdas de crédito

	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(1.493)	-	-	(1.493)
(Constituição) / reversão líquida	373	-	-	373
Saldo no final do período	(1.120)	-	-	(1.120)

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(2.417)	-	-	(2.417)
(Constituição) / reversão líquida	924	-	-	924
Saldo no final do exercício	(1.493)	-	-	(1.493)

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026	31/12/2025
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	857.576	861.603
Outros	127.779	61.674
Total	985.355	923.277
Circulante	145.114	60.634
Não circulante	840.241	862.643

⁽¹⁾ Refere-se principalmente à processos administrativos instaurados pela Receita Federal nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Esses processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível, a despeito de terem sido integralmente depositados e seus valores são atualizados pela SELIC.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de operações financeiras	753.889	663.121	1.385.957	1.163.328
Operações de crédito	46.630	30.320	55.853	53.882
.Moeda nacional	12.419	26.103	24.988	59.100
Juros/comissões	12.419	30.017	24.987	65.354
Atualização monetária	-	(3.914)	1	(6.254)
.Moeda estrangeira	34.211	4.217	30.865	(5.218)
Juros/comissões	124	4.516	124	(608)
Variação cambial	34.087	(299)	30.741	(4.610)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	707.259	632.801	1.330.104	1.109.446
.Moeda nacional	707.259	632.801	1.330.104	1.109.446
Juros/comissões	15.013	16.636	29.465	40.239
Atualização monetária ⁽¹⁾	695.145	616.458	1.306.322	1.074.451
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	(2.899)	(293)	(5.683)	(5.244)
Despesas de operações financeiras	14.202	(463.724)	16.003	(479.093)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES	(174)	(151)	(389)	(276)
Moeda nacional	(174)	(151)	(389)	(276)
Atualização monetária	(174)	(151)	(389)	(276)
Resultado de provisão para risco de crédito	6.130	(463.573)	8.146	(478.817)
Reversão (constituição) de provisão	4.230	(463.583)	6.246	(478.827)
Recuperação de créditos baixados	1.900	10	1.900	10
Resultado da carteira de câmbio	8.246	-	8.246	-
Resultado líquido de operações financeiras	768.091	199.397	1.401.960	684.235

⁽¹⁾ Atualização monetária de aplicações em operações compromissadas.

⁽²⁾ Ajuste a valor justo de debêntures.

8.1. Resultado de provisão para perdas de crédito

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Reversão / (constituição) líquida:				
Debêntures	369	(2.010)	373	647
Operação de crédito	31	18	50	(5)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	(346.347)	-	(346.347)
Direitos recebíveis	3.832	(115.245)	5.825	(133.123)
Recuperação de valores anteriormente baixados	1.898	11	1.898	11
Receita (despesa) líquida apropriada	6.130	(463.573)	8.146	(478.817)

8.2. Outras receitas/despesas operacionais - Diversas

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de "Diversas" no grupo de "outras receitas/despesas operacionais", refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o Sistema BNDES e a FAPES, ocorrida em março de 2025. Na BNDESPAR o valor foi de R\$ 279.300.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e a FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos ("SecexConsenso") do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa n.º 13.1.1.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas representam todas as empresas investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”.

30/06/2026 ⁽¹⁾							31/12/2025 ⁽¹⁾	
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
	Ordinárias	Total	Votante					
Tupy	40.645	31,01%	31,01%	706.913	(2.850)	704.063	876.721	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	359.569	-	359.569	369.784	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
CTC	60.902	18,99%	18,99%	324.173	-	324.173	326.322	Biotecnologia
Iguá	66.547	10,96%	10,96%	326.330	-	326.330	287.774	Saneamento
Subtotal				1.716.985	(2.850)	1.714.135	1.860.601	
Outras				268.112	(170.999)	97.113	95.619	
Total				1.985.097	(173.849)	1.811.248	1.956.220	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 30/04/2026 (31/10/2025 para cálculo da equivalência em 31/12/2025).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada, ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

Coligadas	30/06/2026						
	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligada ^{(2) (3)}	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Saldo no final do período
Tupy	876.721	-	-	(209.899)	(38.359)	75.600	704.063
CBO Holding	369.784	-	-	21.412	(31.627)	-	359.569
CTC	326.322	-	(12.014)	9.432	433	-	324.173
Iguá	287.774	66.739	-	(35.169)	6.986	-	326.330
Subtotal	1.860.601	66.739	(12.014)	(214.224)	(62.567)	75.600	1.714.135
Outras coligadas	95.619	-	-	1.164	330	-	97.113
Total	1.956.220	66.739	(12.014)	(213.060)	(62.237)	75.600	1.811.248

Coligadas	31/12/2025						
	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligada ^{(2) (3)}	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Saldo no final do exercício
Tupy	1.023.167	-	-	(38.521)	(29.475)	(78.450)	876.721
CBO Holding	349.565	-	-	42.844	(22.625)	-	369.784
CTC	313.525	-	(9.525)	21.371	951	-	326.322
Iguá	390.849	-	-	(104.907)	1.832	-	287.774
Subtotal	2.077.106	-	(9.525)	(79.213)	(49.317)	(78.450)	1.860.601
Outras coligadas	127.806	4.469	(49.115)	(31.999)	(1.966)	46.424	95.619
Total	2.204.912	4.469	(58.640)	(111.212)	(51.283)	(32.026)	1.956.220

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ A movimentação do “Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas” decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Inclui os efeitos de mudança no percentual de participação relativa da BNDESPAR.

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligada	Título	30/06/2026	31/12/2025
Tupy	ON	603.990	499.938

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão do mês de referência.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	30/04/2026 ⁽¹⁾					01/11/2025 a 30/04/2026 - seis meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.529.176	5.008.803	1.039.033	3.219.152	2.279.794	1.310.551	(677.370)	(125.214)	(802.584)
CBO Holding	24.294	2.422.413	80.896	461.317	1.904.494	133.665	113.411	(167.519)	(54.108)
CTC	714.794	1.420.965	165.498	262.945	1.707.316	241.203	49.676	11	49.687
Iguá	1.094.350	3.638.679	140.546	1.615.107	2.977.376	114.340	(317.078)	-	(317.078)

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	(1.701.220)	(845.290)
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	(856.125)	(1.917)

⁽¹⁾ Decorrente de investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante.

9.5. Análise do valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR reconheceu provisão para perda por redução ao valor recuperável para determinado investimento em coligada, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no montante de R\$ 78.450, considerando o valor em uso do investimento de R\$ 876.721. Em 30 de junho de 2026, novas perspectivas do setor de atuação dessa coligada indicaram necessidade de nova análise do seu valor recuperável, apurando-se o valor em uso no montante de R\$ 952.321. Consequentemente, no período de três meses findos em 30 de junho de 2026 a BNDESPAR reconheceu receita de reversão da perda por redução ao valor recuperável de tal ativo no montante de R\$ 75.600, equivalente ao aumento do valor recuperável conforme CPC 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Em 30 de junho de 2025 não foi identificado a necessidade de constituição ou reversão de provisão.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária, a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

10.1. Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais e os valores reconhecidos no resultado estão evidenciados a seguir:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.331.198	2.579.465	2.864.307	3.642.836
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(452.607)	(877.018)	(973.864)	(1.238.564)
Ajustes				
Equivalência patrimonial	(7.861)	(1.334)	(69.612)	(6.680)
Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	10.876	701.150	17.617	938.421
Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	286.481	121.924	295.213	(435.043)
Outras diferenças permanentes	(142.702)	619.473	(296.933)	575.955
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(305.813)	564.195	(1.027.579)	(165.911)
Tributos Correntes	690.178	(3.402.525)	147.875	(3.536.210)
Tributos Diferidos	(995.991)	3.966.720	(1.175.454)	3.370.299
Alíquota efetiva	23,0%	-21,9%	35,9%	4,6%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

10.2. Ativos fiscais correntes

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL a compensar ⁽¹⁾	1.633.680	1.188.445
Imposto de renda retido na fonte	377.835	461.685
Outros	1.148	1.149
Total dos Ativos fiscais correntes	2.012.663	1.651.279

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, a recolhimentos de IRPJ e CSLL realizados antecipadamente por estimativa em exercícios anteriores, gerando créditos tributários a serem compensados em exercícios subsequentes.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10.3. Passivos fiscais correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	(147.875)	2.120.228
Parcela dos tributos correntes reconhecida em outros resultados abrangentes	2.416.073	431.018
Tributos correntes devidos no período	2.268.198	2.551.246
(-) Antecipações	(1.508.326)	(2.551.246)
Passivos fiscais correntes	759.872	-
Outros Tributos ⁽¹⁾	112.891	122.277
Passivos fiscais correntes	872.763	122.277

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Faturamento.

10.4. Ativos e Passivos fiscais diferidos

a) Movimentação, por natureza e origem

Ativo	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.599.188	177.794	(975.315)	3.801.667	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	70.343	3.302	(266)	73.379	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	83.128	2.833	-	85.961	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	319.752	181.795	(402.410)	99.137	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	160.061	94.990	(183.529)	71.522	
Subtotal	5.232.472	460.714	(1.561.521)	4.131.666	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Perda atuarial – PAS	-	1.814	-	1.814	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	-	1.814	-	1.814	
Total dos ativos fiscais diferidos	5.232.472	462.528	(1.561.521)	4.133.480	
Passivo	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(130.107)	(146.183)	71.169	(205.121)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(31.246)	-	-	(31.246)	Alienação dos títulos
. Outros	(3.034)	-	366	(2.668)	
Subtotal	(164.387)	(146.183)	71.536	(239.034)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - VJORA	(13.748.641)	(217.572)	895.887	(13.070.326)	Alienação dos títulos
. Ganho atuarial – FAMS/FAPES	(3.398)	-	3.398	-	
Subtotal	(13.752.039)	(217.572)	899.285	(13.070.326)	
Total dos passivos fiscais diferidos	(13.916.426)	(363.756)	970.820	(13.309.361)	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos

	31/12/2025	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2026
Ativos fiscais diferidos	5.232.472	(1.100.806)	1.814	4.133.480
Passivos fiscais diferidos	(13.916.426)	(74.648)	681.713	(13.309.361)
Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos	(8.683.954)	(1.175.454)	683.527	(9.175.881)

	31/12/2024	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2025
Ativos fiscais diferidos	6.468.518	461.640	(460.831)	6.469.327
Passivos fiscais diferidos	(16.258.002)	2.908.659	297.820	(13.051.523)
Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos	(9.789.484)	3.370.299	(163.011)	(6.582.196)

c) Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.319.099, dos quais R\$ 1.204.290 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado (R\$ 1.350.255 em 31 de dezembro de 2025, dos quais R\$ 1.284.013 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos diferidos

30/06/2026					
	Ativos fiscais diferidos	%	Passivos fiscais diferidos	%	Líquido
2026	105.839	2,6%	(365.385)	2,7%	(259.546)
2027	532.860	12,9%	(1.533.111)	11,5%	(1.000.251)
2028	529.348	12,8%	(1.349.320)	10,1%	(819.972)
2029	443.818	10,7%	(1.349.320)	10,1%	(905.502)
2030	426.915	10,3%	(1.349.320)	10,1%	(922.405)
2031 a 2035	2.094.700	50,7%	(6.742.609)	50,8%	(4.647.909)
Após 2035	-	-	(620.296)	4,7%	(620.296)
Total	4.133.480	100,0%	(13.309.361)	100,0%	(9.175.881)

31/12/2025					
	Ativos fiscais diferidos	%	Passivos fiscais diferidos	%	Líquido
2026	396.917	7,6%	(1.248.761)	9,0%	(851.844)
2027	615.924	11,8%	(1.205.205)	8,7%	(589.281)
2028	774.838	14,8%	(1.303.094)	9,4%	(528.256)
2029	550.646	10,5%	(1.205.014)	8,7%	(654.368)
2030	508.728	9,7%	(1.205.003)	8,7%	(696.275)
2031 a 2035	2.385.419	45,6%	(6.020.975)	43,3%	(3.635.556)
Após 2035	-	-	(1.728.374)	12,2%	(1.728.374)
Total	5.232.472	100,0%	(13.916.426)	100,0%	(8.683.954)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades.

	30/06/2026	31/12/2025
Processos trabalhistas	26.935	26.262
Processos cíveis	180.774	172.687
Processos fiscais	8.109	7.940
Total	215.818	206.889
Circulante	234	-
Não Circulante	215.584	206.889

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

a) Cronograma esperado de realização

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	234	-
Entre 1 e 2 anos	15.925	-	-
Entre 2 e 3 anos	9.786	175.162	8.109
Entre 3 e 5 anos	1.224	50	-
Entre 5 e 10 anos	-	5.328	-
Após 10 anos	-	-	-
Total	26.935	180.774	8.109

b) Efeito no resultado

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Constituições de provisões	(4.801)	(35.943)	(9.713)	(60.483)
Reversões de provisões	457	231	784	979
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.344)	(35.712)	(8.929)	(59.504)

11.1. Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2026, as provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 processos judiciais em andamento (13 em 31 de dezembro de 2025), que se referem, basicamente, a processos relativos à incorporação de gratificação salarial, participação nos lucros, responsabilidade solidária do Banco em razão da participação acionária da BNDESPAR e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	26.262	28.312
Pagamentos	-	(3.697)
Constituições	1.130	6.636
Reversões	(457)	(4.989)
Saldo no final do período	26.935	26.262

Em 30 de junho de 2026, havia 9 processos judiciais em andamento (7 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.472 (R\$ 1.163 em 31 de dezembro de 2025), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11.2. Provisões cíveis

Em 30 de junho de 2026, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 5 processos (5 em 31 de dezembro de 2025).

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	172.687	1.351.341
Pagamentos	-	(1.101.879)
Constituições	8.414	88.617
Reversões	(327)	(165.392)
Saldo no final do período	180.774	172.687

Em 30 de junho de 2026, havia 3 processos judiciais em andamento (2 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 11.317 (R\$ 10.629 em 31 de dezembro de 2025), referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas).

11.3. Provisões fiscais

Em 30 de junho de 2026, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo (1 em 31 de dezembro de 2025), referente a compensação de créditos fiscais.

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	7.940	7.610
Pagamentos	-	(12.091)
Constituições	169	12.421
Reversões	-	-
Saldo no final do período	8.109	7.940

Em 30 de junho de 2026, havia 4 processos judiciais em andamento (4 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.163.045 (R\$ 1.139.286 em 31 de dezembro de 2025), referentes a compensação de créditos fiscais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12. PARTES RELACIONADAS

12.1. Transações com o controlador

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	24.147.372	17.570.128
Outros créditos	18	4
Passivo		
Operações de repasses		
Moeda nacional	34.290	33.902
Dividendos a pagar	-	2.009.293
Outras obrigações diversas	138.016	394.655

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas				
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	695.147	615.998	1.306.323	1.073.992
Despesas				
Operações de repasses	(389)	(151)	(389)	(276)
Outras despesas	(202.740)	(73.287)	(134.182)	(139.425)

⁽¹⁾ As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme política descrita na Nota Explicativa nº 18.9.

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR não possuía transações com outras entidades governamentais federais além do seu controlador.

A BNDESPAR também possui investimentos em empresas sob controle comum, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.1.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

A BNDESPAR não possui transações com a FAPES além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa nº 13.1:

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios – PBB	144.921	177.549
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde – PAS	376.194	352.278
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes – PBB	(165.176)	(194.830)
Outros resultados abrangentes – PAS	(8.329)	9.995
Resultado		
Plano Básico de Benefícios – PBB	(2.618)	328
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(5.593)	(15.806)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR não possuía nenhuma outra operação com empresas coligadas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Os Conselhos de Administração e Fiscal da BNDESPAR são compostos pelos mesmos membros que compõem esses respectivos Conselhos no BNDES, sendo que esses membros não fazem jus a qualquer remuneração pela atuação como conselheiros da BNDESPAR.

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração – Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

Quantidade e remunerações mensais de empregados do BNDES, referente às despesas com salários, comissões, gratificações, adicionais, horas extras e outras despesas vinculadas, sem encargos sociais:

	30/06/2026	31/12/2025
Maior Salário	106,43	106,43
Menor Salário	6,84	7,03
Salário Médio	36,67	42,97
Quantidade de empregados	14	14

12.5.1. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	2.529	1.697
Ajuste do valor provisionado	(12)	8
Pagamentos realizados	(2.517)	(1.705)
Provisão do período	-	2.529
Saldo no final do período	-	2.529

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 18.12.

13.1. Passivo atuarial - planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo atuarial – PBB	144.920	177.549
Passivo atuarial – PAS	376.195	352.278
Total	521.115	529.827
Circulante	46.937	45.204
Passivo atuarial – PBB	15.090	17.467
Passivo atuarial – PAS	31.847	27.737
Não Circulante	474.178	484.623
Passivo atuarial – PBB	129.830	160.082
Passivo atuarial – PAS	344.348	324.541

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 31 de maio de 2026 e atualizados até 30 de junho de 2026:

	30/06/2026	31/12/2025
Valor presente da obrigação atuarial	2.052.669	2.119.427
Valor justo dos ativos do plano	(1.762.829)	(1.764.329)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	289.840	355.098
Efeito do compartilhamento de risco	(144.920)	(177.549)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	144.920	177.549

A BNDESPAR adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

Obrigação atuarial do PBB	30/06/2026	31/12/2025
Valor presente no início do exercício	2.119.427	2.081.682
Custo do serviço corrente	127	915
Custo dos juros da obrigação	110.493	241.818
Contribuições dos participantes do plano	334	688
Benefícios pagos	(88.372)	(173.389)
Perdas (ganhos) atuariais	(89.340)	(32.287)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	(2)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(46.457)	(18.405)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	-	103.605
Ajuste de experiência	(42.883)	(117.485)
Valor presente no final do período	2.052.669	2.119.427

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

Ativos do PBB	30/06/2026	31/12/2025
Valor justo no início do exercício	1.764.329	1.678.137
Receita dos juros	91.809	193.375
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(17.405)	41.920
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	12.134	23.598
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	334	688
Benefícios pagos	(88.372)	(173.389)
Benefícios brutos	(100.172)	(196.299)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	11.800	22.910
Valor justo no final do período	1.762.829	1.764.329

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 12.134 em 30/06/2026 (R\$ 23.598 em 31/12/2025).

A contribuição esperada da BNDESPAR para o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 25.246.

A duração média da obrigação atuarial é de 13,20 anos em 30 de junho de 2026 (13,93 anos em 31 de dezembro de 2025).

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PBB	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	213.779	220.006
1 a 2 anos	210.492	218.422
2 a 3 anos	207.258	215.751
3 a 5 anos	402.494	422.776
5 a 10 anos	919.305	982.858
Acima de 10 anos	1.984.919	2.159.724
Total	3.938.247	4.219.537

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Impacto no resultado e patrimônio líquido

Resultado	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Custo do serviço corrente	(32)	(111)	(63)	(217)
Custo líquido dos juros	(4.587)	(5.215)	(9.097)	(10.330)
Subtotal	(4.619)	(5.326)	(9.160)	(10.547)
Contribuições recebidas do empregador	6.042	5.826	12.134	11.663
Total	1.423	500	2.974	1.116

Outros resultados abrangentes	30/06/2026	31/12/2025
Saldo do início do exercício	(194.830)	58.475
Ganhos (perdas) atuariais	89.340	32.287
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(17.405)	41.920
Saldo no final do período	(122.895)	132.682
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(42.279)	(50.310)
Efeito da baixa dos contratos de dívida ⁽²⁾	-	(277.202)
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	(165.174)	(194.830)

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

⁽²⁾ Correspondem aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

c) Ativos do PBB por categoria e nível de mensuração

	30/06/2026				31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.657.696	49.304	1.707.000	-	1.661.378	54.669	1.716.047
Renda Fixa	-	31.265	-	31.265	-	-	-	-
Multimercado	-	1.626.431	1.425	1.627.856	-	1.661.378	432	1.661.810
Participações	-	-	47.879	47.879	-	-	54.237	54.237
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	8.215	8.215	-	-	7.248	7.248
Locados a terceiros	-	-	3.375	3.375	-	-	2.194	2.194
Locados aos Patrocinadores	-	-	4.840	4.840	-	-	5.054	5.054
Empréstimos e Financiamentos	-	-	54.888	54.888	-	-	55.036	55.036
Subtotal	-	1.657.696	112.407	1.770.103	-	1.661.378	116.953	1.778.331
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ⁽²⁾				11.564				10.211
Outras deduções ⁽³⁾				(25.559)				(32.132)
Total em 31/05/2026 e 30/11/2025				1.756.108				1.756.410
Atualização de data base ⁽⁴⁾				6.721				7.919
Total				1.762.829				1.764.329

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 806 em 30/06/2026 (R\$ 825 em 31/12/2025).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2026 para 30/06/2026. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2026.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação bruta do benefício definido de previdência teria sido afetada, em 30 de junho de 2026, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PBB atribuído ao patrocinador corresponde a 50% da variação apresentada, dado que há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação Atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(68.887)	-3,36%
Redução de 0,5% a.a.	73.497	3,58%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(133.549)	-6,51%
Redução de 1% a.a.	152.032	7,41%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	48.127	2,34%
Redução de 1 ano na idade	(49.645)	-2,42%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	(535)	-0,03%
Redução de 1% a.a.	551	0,03%

e) Acordo TCU – Consenso

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), encerrando controvérsias administrativas e judiciais referentes ao PBB. Os processos administrativos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida – CCDs – de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (em que seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010) foram encerrados pelo TCU. E, a partir de petição conjunta, protocolada pelas empresas do Sistema BNDES e pela FAPES em 08/01/2025, nos diversos processos judiciais em que configuravam como partes contrárias (relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB e à execução dos CCDs), houve a homologação do referido acordo e a consequente extinção de cada uma dessas ações na Justiça ao longo de 2025.

Em março de 2025, a partir da extinção das primeiras ações judiciais, amparada nos termos do referido acordo, foram baixados contabilmente do passivo os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, encerrando, assim, as obrigações do Sistema BNDES de Contas a Pagar - FAPES. O valor baixado foi R\$ 279.300 e seu efeito está registrado na rubrica do Resultado de "Diversas" no grupo de "outras receitas/despesas operacionais" em 31/03/2025. O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 8.2.

Os valores envolvidos nas causas foram baixados integralmente em 2025; e as devoluções de valores, tratadas como ativo contingente, dependem da implementação dos demais termos do Acordo.

Além do encerramento dos referidos processos, o Acordo TCU-Consenso estabeleceu: (i) a abertura de um processo de migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida; e (ii) a devolução de até R\$ 1,55 bilhão ao Sistema BNDES, em até 360 meses após a conclusão desse processo de migração.

A opção de migração para o novo plano de contribuição definida (PBB-CD) foi disponibilizada aos participantes do PBB em 04/05/2026 e permaneceu aberta até 02/07/2026. Encerrado esse período, a Fapes iniciou a apuração dos montantes necessários à implantação do PBB-CD em 01/09/2026 e à posterior celebração do contrato de dívida para a devolução de recursos aos patrocinadores do plano, bem como o recálculo extraordinário do passivo atuarial do PBB, decorrente desse fato relevante, com efeitos na competência de setembro

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

	30/06/2026	31/12/2025
Valor presente das obrigações não fundeadas	376.195	352.278
Passivo líquido	376.195	352.278

a) Movimentação no valor presente das obrigações do PAS

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	352.278	348.933
Custo do serviço corrente	360	905
Custo dos juros da obrigação	18.466	41.170
Benefícios pagos	(13.234)	(26.269)
Perdas (ganhos) atuariais	18.325	(12.461)
Mudança de premissas de custos (VCMH)	-	(5.537)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(37.051)	(3.549)
Ajuste de experiência	55.376	(3.375)
Valor presente no final do período	376.195	352.278

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

b) Impacto no resultado e patrimônio líquido

Resultado	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Custo do serviço corrente	(185)	(220)	(360)	(430)
Custo dos juros da obrigação	(9.382)	(9.312)	(18.466)	(18.251)
Subtotal	(9.567)	(9.532)	(18.826)	(18.681)
Benefícios pagos (corrente)	5.760	6.515	13.234	11.985
Total	(3.807)	(3.017)	(5.592)	(6.696)

Outros resultados abrangentes	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	9.995	(2.466)
Ganhos (perdas) atuariais	(18.325)	12.461
Saldo no final do período	(8.330)	9.995

As contribuições esperadas da BNDESPAR com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 31.847.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,35 anos em 30 de junho de 2026 (17,12 anos em 31 de dezembro de 2025).

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PAS	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	31.847	28.162
1 a 2 anos	32.251	28.719
2 a 3 anos	32.578	29.112
3 a 5 anos	66.224	59.210
5 a 10 anos	164.482	150.161
Acima de 10 anos	501.536	519.120
Total	828.918	814.484

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação bruta de benefício definido de assistência à saúde teria sido afetada em 30 de junho de 2026 pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PAS atribuído ao patrocinador corresponde a 100% da variação apresentada, pois não há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(14.236)	-3,78%
Redução de 0,5% a.a.	16.631	4,42%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(27.483)	-7,31%
Redução de 1% a.a.	31.528	8,38%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	12.340	3,28%
Redução de 1 ano na idade	(12.419)	-3,30%
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	2.610	0,69%
Redução de 1% a.a.	(2.203)	-0,59%

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2026	31/12/2025
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,12% a.a.	3,12% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,73% a.a.	6,73% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	11,29% a.a.	10,96% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	11,29% a.a.	10,96% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,45% a.a.	3,45% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,07% a.a.	7,07% a.a.

Para a data-base de 30/06/2026, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,53% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 22/06/2026, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.780 dias úteis (15 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,62% a.a. em 30/06/2026, representando aumento de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,21% a.a., correspondente à taxa indicativa da ETTJ IPCA do dia 22/12/2025, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,12% a.a. em 31/12/2025, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		30/06/2026		31/12/2025	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	44.167	177	35.665	143
	Quantidade	30	5	31	4
Classificação: Possível	Valor	44.769	531	11.414	388
	Quantidade	49	9	39	7

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 44.167 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 177 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 44.769 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 531 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

13.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Vale-transporte	6	9	8	14
Vale-refeição	12.043	9.547	23.927	18.590
Assistência educacional	4.793	4.218	9.338	8.273
Total	16.842	13.774	33.273	26.877

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 46.998.319, e está representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 28 de abril de 2025, a BNDESPAR, em sua Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre o aumento do capital social da Companhia, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 7.311.912, sem emissão de novas ações.

O capital social da BNDESPAR poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no Estatuto da BNDESPAR, no montante de R\$ 100 bilhões, sem a emissão de novas ações.

14.2. Reservas de lucros

	30/06/2026	31/12/2025
Reserva legal	5.005.541	5.005.541
Reserva de equalização de dividendos complementares	6.174.742	6.174.742
Reserva de incentivos fiscais	268.341	268.341
Total	11.448.624	11.448.624

14.3. Outros resultados abrangentes

	30/06/2026	31/12/2025
Ajuste acumulado de conversão – reflexo de coligada	423.574	524.832
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo de coligada	(131.507)	(170.527)
Ajustes de avaliação patrimonial – próprios – passivo atuarial, líquido de efeitos tributários (Notas Explicativas n.º 12.3 e 13.1)	(171.692)	(188.235)
Mensuração a valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – títulos próprios	25.131.415	27.148.671
Total	25.251.790	27.314.741

14.4. Lucro líquido ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

O quadro a seguir apresenta o lucro líquido do período, ajustado pela realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	1.836.728	3.476.925
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA ⁽¹⁾	5.288.020	901.341
Lucro líquido ajustado do período	7.124.748	4.378.266

⁽¹⁾ Valor transferido de Outros Resultados Abrangentes para Lucros Acumulados.

14.5. Pagamento de dividendos

Durante os seis primeiros meses de 2026 e exercício de 2025 a BNDESPAR efetuou o pagamento de dividendos conforme descrito a seguir:

30/06/2026				
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Meio de pagamento
Dividendos obrigatórios	2025	2.009.293	2.143.474	Moeda corrente
31/12/2025				
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Meio de pagamento
Dividendos obrigatórios	2024	2.215.936	2.355.361	Moeda corrente

⁽¹⁾ Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos no âmbito do Sistema BNDES é realizado de forma integrada, com base em políticas e diretrizes aprovadas pela Alta Administração, em conformidade com a regulamentação vigente, especialmente a Resolução CMN nº 4.557/2017.

A estrutura de governança contempla instâncias colegiadas e áreas especializadas responsáveis por apoiar os gestores pela identificação, avaliação, mensuração e controle dos riscos, sendo também responsáveis pelo gerenciamento de capital.

O processo de gerenciamento de riscos é contínuo e está alinhado ao planejamento estratégico do Sistema BNDES, visando assegurar a adequada avaliação das exposições assumidas, o cumprimento dos limites estabelecidos e o fortalecimento dos controles internos, em consonância com as melhores práticas de mercado.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 18.13.

15.1. Risco Operacional

Exposição ao risco operacional

O Sistema BNDES utiliza atualmente a Abordagem Padronizada como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BCB n.º 356/2023.

15.2. Risco de Mercado

a) Exposição a risco de mercado

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 30/06/2026	Exposição em 31/12/2025
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	28.062.047	19.795.743
Juros	TJLP	199.777	262.411
Juros	IPCA	(370.880)	(374.965)
Juros	TR	(209.059)	(191.782)
Câmbio	Moeda Estrangeira	12.334.282	15.880.976
Operações de renda variável			
Preços	Ações	66.898.050	69.494.624
Preços	Bônus de Subscrição	155	295
Preços	Cotas de Fundos de Investimento	4.504.685	4.221.105
Preços	Opções	(348.463)	(861.662)

b) Indicador de risco de mercado

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações da BNDESPAR, em conjunto com as demais empresas do Sistema BNDES. Um das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA (volatilidade definida por uma média móvel em que as últimas observações têm peso maior que as anteriores), fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Fatores de risco	30/06/2026	31/12/2025
Juros	2.276	1.518
Ações	1.514.022	1.350.544
Cambial	996	983
Efeito Diversificação	(2.701)	(32.900)
VaR total	1.514.593	1.320.145

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15.3. Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma consolidada, não realizando, portanto, de forma individualizada por empresa.

Para a BNDESPAR, seu financiamento é constituído basicamente por capital investido por seu controlador, o BNDES. Desta forma, a gestão do risco de liquidez não é um ponto relevante na estrutura de gerenciamento de riscos da BNDESPAR.

15.4. Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco, passou de R\$ 101.470.071, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 104.974.096, em 30 de junho de 2026. A variação decorre do aumento de R\$ 6.577.242 nas aplicações interfinanceiras de liquidez.

	30/06/2026	31/12/2025
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Ativo realizável		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24.147.372	17.570.130
Títulos e valores mobiliários e Derivativos	71.851.441	73.912.316
Operações de crédito	64.407	68.574
Outros créditos	8.580.276	9.999.873
Permanente		
Investimentos	1.809.063	1.954.279
Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)		
Compromissos de investimento	2.839.211	3.125.108
Outros	509.712	615.702
(-) Não exposição	(4.827.386)	(5.775.911)
Total das exposições sujeitas ao risco de crédito	104.974.096	101.470.071

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Primeiro semestre de 2026:

No primeiro semestre de 2026 não houve atividades relevantes que não envolvessem caixa.

Primeiro semestre de 2025:

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos ("Dupla listagem").

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

Demais condições e efeitos reconhecidos na BNDESPAR estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.3.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 06 de agosto de 2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de remuneração aos acionistas no valor de R\$ 1,34814262 por ação ordinária e preferencial como antecipação relativa ao exercício de 2026.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,67407131, em 23 de novembro de 2026, integralmente sob a forma de juros sobre capital próprio; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,67407131, em 21 de dezembro de 2026, sendo R\$ 0,47156696 sob a forma de dividendos e R\$ 0,20250435 sob a forma de juros sobre capital próprio.

Considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 30/06/2026, o valor total estimado de remuneração a receber perfaz R\$ 999.058.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

18.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

18.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

18.1.2. Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado, exceto no caso de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide Nota Explicativa nº 18.4.1.2b).

18.2. Reconhecimento de Receita

18.2.1. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

18.2.2. Receitas de honorários e comissões

Receitas de honorários e demais comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados, inclusive, receitas caracterizadas como receitas de origem, dado que seus montantes não são relevantes.

18.2.3. Receitas de dividendos

As receitas de dividendos de instrumentos patrimoniais designados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

18.3. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa para o período apresentado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 8
Provisão para perdas em participações em coligadas	n.º 9,5
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 10
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	n.º 11
Benefícios a empregados	n.º 13

18.4. Instrumentos financeiros

18.4.1. Ativos financeiros

18.4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registrados inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação para os ativos financeiros classificados nas categorias “custo amortizado” e “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

18.4.1.2. Classificação e mensurações subsequentes

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), baseado no modelo de negócios da BNDESPAR e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

a) Avaliação do modelo de negócios

A BNDESPAR define os modelos de negócios aplicáveis aos seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como seus portfólios são geridos para atingir os objetivos corporativos.

O modelo de negócios expressa como a BNDESPAR administra seus ativos financeiros e em que medida os fluxos de caixa decorrentes desses ativos são originados pela coleta dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos ou por ambas as fontes, considerando cenários esperados de ocorrência.

Resumidamente, os modelos de negócios adotados pela BNDESPAR se dividem em quatro categorias, indicativas das principais estratégias utilizadas para geração de retornos:

- **Modelo de Negócio 1: Manter para coletar fluxos de caixa contratuais** - Ativos financeiros de renda fixa que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, mantendo-os até o vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
- **Modelo de Negócio 2: Manter para coletar fluxos de caixa e para vender** – Ativos financeiros de renda fixa que apresentam como característica tanto a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros quanto a venda antes do seu vencimento.
- **Modelo de Negócio 3: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Fixa** – Ativos financeiros de renda fixa que não se enquadram nos modelos 1 ou 2.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **Modelo de Negócio 4: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Variável** – Ativos financeiros com derivativos embutidos e investimentos em instrumentos patrimoniais sem influência significativa (ações e fundos de investimentos em renda variável). Quando não destinados à negociação, a BNDESPAR escolherá (irrevogavelmente) no reconhecimento inicial mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) Opção de designação

A BNDESPAR não designou nenhum de seus instrumentos financeiros para mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio (participações em empresas não coligadas e em fundos de investimentos em renda variável) que não são mantidos para negociação, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as mudanças subsequentes no valor justo desses ativos em outros resultados abrangentes. Essa opção visa evitar a volatilidade no resultado do exercício devido às oscilações do valor justo desses instrumentos, considerando que se trata de investimentos a serem mantidos por longo prazo na avaliação da data da designação.

c) Características contratuais do fluxo de caixa

Os instrumentos de renda fixa da BNDESPAR enquadrados nos modelos de negócios 1 e 2 são avaliados com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos são compostos apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto de modo consistente com um acordo de empréstimo básico.

O principal é geralmente o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e inclui restituições ao longo do tempo.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro.

Quando os termos contratuais de determinados ativos introduzirem exposição aos riscos ou variabilidade de fluxos de caixa que não sejam consistentes com um acordo de empréstimo básico, a BNDESPAR classificará esses instrumentos como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(i) Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros enquadrados nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de créditos.

Os ativos classificados e mensurados ao custo amortizado compreendem, principalmente, as operações compromissadas, vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples de emissão privada.

(ii) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros de renda fixa incluídos nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e os ganhos e as perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo, são acumulados na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

As perdas de créditos, os juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado.

Em 30 de junho de 2026, a BNDESPAR não detém ativos de renda fixa nesta categoria.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa e não mantidos para negociação, designados pela BNDESPAR para essa categoria, as mensurações subsequentes são realizadas ao valor justo, com os ganhos e perdas decorrentes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

Para instrumentos patrimoniais emitidos por investida no exterior, a variação cambial também é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes.

Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada é transferido dentro do Patrimônio Líquido, da rubrica Outros Resultados Abrangentes para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

(iii) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidas no resultado.

Os principais ativos compreendem:

- Derivativos de juros, moeda e isolados de renda variável; e
- Determinados investimentos em fundos de investimentos de renda fixa e variável.

18.4.1.3. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (*inputs*) observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade). Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio de negociações e a frequência das negociações nos pregões mais recentes.

As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão. De forma geral, as técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton*, Árvore Binomial e Simulação de Monte Carlo.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como *Black-Scholes-Merton*, e também por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*), Múltiplos e Método de Monte Carlo.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de *spread* de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa; e
- Debêntures: curvas de *spread* de risco de crédito.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 3.2.3., são adotadas as seguintes técnicas:

- Derivativos avaliadas pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros.

18.4.1.4. Reclassificações de ativos financeiros

Um ativo financeiro que não seja um instrumento financeiro derivativo ou um ativo financeiro que no reconhecimento inicial foi designado mensurado a valor justo por meio do resultado ou designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reclassificado somente quando há mudança no modelo de negócios utilizado para gerenciá-lo. A reclassificação de todos os ativos financeiros afetados pela mudança será aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve reclassificação de ativos financeiros.

18.4.1.5. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- (i) Não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem;
- (ii) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- (iii) O ativo financeiro for transferido a terceiros, assim como os direitos contratuais de receber fluxos de caixa gerados por ele, sem retenção de riscos e benefícios associados ao ativo.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve operações com retenção substancial dos riscos e benefícios que não se qualificasse para a baixa.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.4.2. Passivos financeiros

18.4.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

São inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão, e de prêmios e descontos.

18.4.2.2. Classificação e mensuração

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Nesse grupo estão incluídos os dividendos a pagar.

18.4.2.3. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

18.4.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar esses, liquidando os mesmos por diferença, ou ainda realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

18.4.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

A BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A BNDESPAR aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, a BNDESPAR se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

18.5.1. Determinação dos estágios e definição de inadimplência

A abordagem de estágios da provisão para perdas de créditos é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros da BNDESPAR desde o reconhecimento inicial.

Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no **Estágio 1**, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada para um montante igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o **Estágio 2**, e para isso, A BNDESPAR utilizará dois critérios:

- a) *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- b) Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ocorre, o ativo financeiro é migrado para o **Estágio 3**, e uma provisão é apurada com base na capacidade de recuperação de crédito do ativo financeiro. A BNDESPAR utiliza os seguintes critérios de migração para esse estágio:

- a) Operação declarada pela BNDESPAR como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- b) Operação vencida há mais de 90 dias.

A BNDESPAR utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- A BNDESPAR peça a falência ou tome providência similar em relação ao tomador;
- O tomador tenha falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares;
- O tomador solicite ou sofra qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte negociado com desconto significativo equivalente a 50% ou mais no valor de mercado do instrumento, que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito e não as flutuações das taxas de juros sujeitas ao risco de mercado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Considera-se reestruturação de instrumentos financeiros toda renegociação que ocorra em decorrência da deterioração da qualidade creditícia do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador, considerando também que:

- Uma operação será considerada reestruturada quando sofrer alteração de condições contratuais, cuja proposta encaminhada à alçada competente evidencie que os motivos das alterações, sejam elas aumento de prazo de carência, aumento de prazo para amortização e pagamento de juros (entre outros), estão relacionados a dificuldades financeiras do tomador, e, conseqüentemente, poderiam levar ao acionamento dos mecanismos de mitigação de risco, tais como avais, fianças e execução de garantias reais; e
- Devido à natureza dos projetos apoiados pelo Sistema BNDES, alguns pedidos de renegociação de operações ocorrem em função de atrasos nas obras por questões de licenças (ambientais, de operação, dentre outras.), alteração da estrutura de garantias oferecida originalmente (como, por exemplo, substituição de fiança bancária por outros tipos de garantia, o que impacta no spread de risco do contrato) ou por dificuldades não previstas inicialmente. Nesses casos, dado que a alteração foi motivada por questões operacionais e não financeiras, a operação será considerada reestruturada.

A BNDESPAR declara que a definição de inadimplência utilizada para migração entre os estágios é consistente com os modelos internos de gerenciamento de risco de crédito.

Conforme exposto, as exposições são classificadas em estágios conforme seu nível de risco:

Estágio 1: Estágio inicial das exposições;

Estágio 2: Exposições com atrasos acima de 30 e até 90 dias ou que tiveram deterioração significativa do seu nível de risco; e

Estágio 3: Exposições com atraso acima de 90 dias ou classificadas como ativos problemáticos.

18.5.2. Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Entretanto, para que haja migração do Estágio 3 para os demais estágios, basta que a operação deixe de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.5.3. Mensuração de Perdas de Crédito Esperadas

A PEC de uma exposição é calculada pelo produto de sua EAD, PD e LGD, sendo:

- PEC: Perda Esperada de Crédito;
- EAD: *Exposure at Default* (exposição). É o valor da contraparte ao qual estamos expostos na data de cálculo da PEC, baseada na soma do saldo contábil com a projeção dos compromissos de desembolso futuros ajustados por um Fator de Conversão de Crédito (CCF);
- PD: *Probability of Default* (Probabilidade de inadimplência). É a probabilidade estimada da contraparte entrar em default no horizonte observado, com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro. Utiliza-se um período de 12 meses para as exposições em estágio 1 e de toda a vida útil da exposição para as exposições classificadas em estágio 2. As exposições classificadas no estágio 3 recebem uma PD de 100%. A BNDESPAR, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time – PIT*); e
- LGD: *Loss Given Default* (Perda dado o Descumprimento). É o valor que se espera perder de uma exposição caso ela entre em default, dos Estágios 1 e 2 (e estimativas individualizadas para exposições relevantes no Estágio 3).

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,
- (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default – LGD*) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e
- (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default – EAD*).
- (iv) A BNDESPAR baseia seus parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e Matrizes de Migração de ratings) em estimativas “throw the circle” e estas são ajustadas por fatores macroeconômicos de forma a gerarem estimativas “point-in-time – PIT” para fins de cálculo da perda esperada de crédito.

18.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Como já mencionado na Nota Explicativa n.º 18.4.1.2, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial, para investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em Outros Resultados Abrangentes.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias designadas como “mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.6.1. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante da investida, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e na mensuração subsequente o seu valor é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR no resultado de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como resultado abrangente.

Para a aplicação do MEP a BNDESPAR utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre de as coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos financeiros, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo são creditados diretamente no resultado do exercício.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é parte integrante do investimento. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Administração não tem conhecimento de restrições significativas que poderiam limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas recebidos são apresentados separadamente como decorrentes de atividades de investimento.

18.6.2. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do MEP, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

18.7. Ativos Mantidos para Venda

A BNDESPAR classifica como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 não havia ativos classificados nessa categoria.

18.8. Patrimônio líquido

18.8.1. Reserva legal

Do lucro líquido ajustado do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

18.8.2. Reserva estatutária – para compatibilização de práticas contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis divergentes daqueles utilizados pelo Acionista Único – BNDES. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

18.8.3. Reserva para futuro aumento de capital

Reserva constituída do saldo remanescente após as constituições da reserva Legal, dividendo mínimo e reserva para compatibilização de práticas contábeis, com a finalidade de assegurar o fortalecimento do patrimônio da instituição compatível com o grau de risco de seus ativos. De acordo com o estatuto social, o saldo máximo dessa reserva é 20% (vinte por cento) do capital social.

18.8.4. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições em decorrência de avaliação a valor justo de elementos de ativos financeiros, passivos atuariais e reflexo de variações no patrimônio de coligadas, líquidos de efeitos tributários.

18.8.5. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco significativo de mudança de valor.

Nestas demonstrações, somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como “caixa e equivalentes de caixa”, cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

18.10. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Tributos correntes – Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Tributos diferidos – O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias tributáveis é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para a BNDESPAR é constituída à alíquota de 9%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os procedimentos preconizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme a Resolução CMN n.º 4.842/2020, de 30/07/2020, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18.12. Obrigações de benefícios a empregados

18.12.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.636,83 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais, e oitenta e três centavos) em 30/06/2026.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30/06/2026 era de R\$ 8.475,55 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 22/06/2026, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.780 dias úteis (15 anos), no patamar de 7,53% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 30/06/2026 a 7,62% ao ano, representando aumento de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

18.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A BNDESPAR oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de junho de 2026, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2026 e atualizados até junho de 2026, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiros são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

18.12.3. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

18.13. Gestão de Riscos

18.13.1. Risco Operacional

O Sistema BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal e baseado na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, o Sistema BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do Sistema BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN n.º 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o Sistema BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de comunicação e capacitação para disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) é calculada pela Abordagem Padronizada, em conformidade com a Resolução BCB n.º 356/2023, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

18.13.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

a) Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

b) Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e para o Conglomerado Prudencial.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

d) Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas à carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na B3, empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com ou sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

e) Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com finalidade de negociação são aquelas destinadas à (i) realizar revenda no curto prazo; (ii) obter lucro em decorrência de flutuações de curto prazo no preço do instrumento; (iii) assegurar a realização de lucro em estratégias de arbitragem; ou (iv) obter proteção (*hedge*) contra riscos decorrentes de instrumentos mantidos para os fins de que tratam as alíneas anteriores. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

18.13.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

18.13.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utilizam a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas Resolução BCB nº 229 de 12/05/2022, vigente desde 1º de julho de 2023.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação.

Para o cálculo do risco da carteira na abordagem de capital econômico consideram-se as estimativas de perda esperada de crédito (PEC), conforme determinado pelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*). A PEC é, portando, apurada a partir da probabilidade de inadimplência do tomador (PD); da exposição no momento da inadimplência (EAD); das perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e da maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

A metodologia de apuração da PD depende do estágio em que se encontra cada contrato, sendo três estágios considerados: 1) estágio inicial; 2) estágio das exposições com aumento significativo do nível de risco ou com atraso acima de 30 e até 90 dias; e 3) estágio das exposições marcadas como ativos problemáticos ou com atraso acima de 90 dias. Para o primeiro caso, considera-se a PD de 12 meses. Para o segundo caso, considera-se a metodologia de PD *lifetime* (isto é, até o vencimento do contrato). Para o terceiro, e último, caso, atribui-se PD de 100%. Já a apuração da LGD dependerá, basicamente, do tipo de exposição: direta ou indireta (transação realizada através de agente financeiro).

Os modelos de estimação da PD e LGD foram validados por unidade independente, além de serem reavaliados anualmente pelo Departamento de Risco de Crédito mediante testes estatísticos consagrados na literatura.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pelas normas vigentes do Banco Central do Brasil. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

18.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.955/2021; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 4º ao 6º e 8º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente aqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico-financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

18.15. Informações por segmento

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem sua atuação pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com seu controlador, direcionadas a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais por meio de instrumentos de renda variável, notadamente, de participações societárias.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro. Da mesma forma, a gestão financeira, incluindo a captação de recursos, a alocação de *funding* entre os segmentos operacionais e o gerenciamento das disponibilidades, é feita de forma consolidada no Sistema BNDES, através da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (*Asset Liability Management* - “ALM”).

Neste contexto, o desempenho dos segmentos de negócio é acompanhado e avaliado sob a ótica do Sistema, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

O Sistema BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”; (iv) “Custos Corporativos Não Alocados” e (v) “Remuneração do Acionista”.

As operações da BNDESPAR, majoritariamente representadas por participações societárias e cotas de fundos de participações, integram o segmento de “Renda Variável” do Sistema BNDES. Portanto, considerando que a gestão por segmentos não se dá por subsidiária, mas sim de forma consolidada no Sistema BNDES, conforme possibilitado pelo CPC 22 a informação da BNDESPAR está contemplada no segmento de “Renda Variável” constante da nota explicativa “Informação por Segmento” divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

18.16. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em Aditivo ao convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, a partir de 1º de janeiro de 2023 as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma à média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores à data base do Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito). Os valores considerados no cálculo da média são atualizados monetariamente, exceto para o exercício mais recente.

Até o exercício de 2022, no convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, eram rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2026 e 2025 foram:

2026			2025		
	Resultado bruto de intermediação financeira - média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira - média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores	% de rateio	
BNDES	15.351.183	46%	14.143.163	46%	
BNDESPAR	14.503.160	43%	13.146.205	43%	
FINAME	3.617.098	11%	3.255.284	11%	
Total do Sistema	33.471.441		30.544.652		

18.17. Atualização monetária líquida de ativos e passivos

Refere-se à atualização monetária de dividendos a receber, de tributos a recuperar e dividendos a pagar. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

18.18. Novos Pronunciamentos e Alterações de Pronunciamentos existentes

18.18.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2026

CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 12 (R2) – Ajuste a Valor Presente

Revisão que recepciona as alterações realizadas nos IFRS 7 e 9 e que contempla correção de redação e referências, além de ajustes menores e alterações em exemplos. Essa norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026.

A implementação citada não apresenta impactos financeiros significativos nessas Demonstrações Financeiras.

18.18.2. Novas Normas e interpretações ainda não efetivas

CBPS 01 – Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade

Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, pronunciamento técnico emitido pelo Comitê Brasileiro de Sustentabilidade (CBPS). O Sistema BNDES está se preparando para a divulgação do primeiro Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, referente ao exercício de 2026, até maio de 2027, conforme prazo estabelecido na referida norma.

CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima

Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas ao Clima, pronunciamento técnico emitido pelo Comitê Brasileiro de Sustentabilidade (CBPS). O Sistema BNDES está se preparando para a divulgação do primeiro Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, referente ao exercício de 2026, até maio de 2027, conforme prazo estabelecido na referida norma.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Substitui o CPC 26 (R1) e alinha as normas brasileiras com o IFRS 18. Representa as regras de apresentação das Demonstrações Contábeis e contém alterações visando fortalecer a relevância e transparências das informações contábeis divulgadas. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.19. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 30 de junho de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Uallace Moreira Lima - Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Guilherme Santos Mello

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

Jean Keiji Uema

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente

Flávio José Roman

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Denis do Prado Netto - Suplente

**SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE
CONTROLADORIA:**

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Thatiane Heloisa Werneck Soares

CRC RJ 091.410/O-8

COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite - Coordenador

Adézio de Almeida Lima

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A – BNDESPAR
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do BNDES Participações S/A - BNDESPAR ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Notas Explicativas

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 30/06/2026

Empresas	% Total	% ON	% PN
AMATA NA CIDADE S.A.	17,26	17,26	0,00
AMATA S/A	9,49	9,49	0,00
AXIA ENERGIA S.A.	3,65	3,58	3,93
BIOMM S/A	5,12	5,12	0,00
BIOO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	16,51	16,51	0,00
BOMBRIL S/A	2,20	0,00	4,67
BRASPEROLA INDUSTRIA E COMERCIO S/A FALIDO	10,94	0,00	22,56
BRAVA ENERGIA S.A	1,92	1,92	0,00
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S.A	21,56	22,43	0,00
CARBOMIL S/A MINERACAO E INDUSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS CONFECOES E BAZAR FAL	22,34	0,00	37,10
CBO HOLDING S.A.	18,88	18,88	0,00
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	5,87	5,87	0,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL	(*)	0,00	1,27
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	1,73	1,73	0,00
COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO	0,01	0,01	0,00
COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG	3,73	11,14	0,00
COMPANHIA LORENZ	5,84	0,00	9,41
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	18,56	18,56	0,00
COMPASS GAS E ENERGIA S.A	0,76	0,76	0,00
COSAN S.A.	2,06	2,06	0,00
CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.	18,99	18,99	0,00
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
ENERGISA S/A	6,40	3,31	8,37
EVE HOLDING, INC. 1	4,44	4,44	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S.A.	1,74	1,74	0,00
IGUA SANEAMENTO S.A.	10,93	10,93	0,00
INDEPENDENCIA PARTICIPACOES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDUSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S/A	35,00	0,00	100,00
IOCHPE-MAXION S.A.	1,99	1,99	0,00
JBS N.V.	17,14	17,14	0,00
JSL S.A.	5,00	5,00	0,00
KOSMOS COMERCIO DE VESTUARIO S/A - EM RECUPERACAO JUDIC	6,56	0,00	13,66
LBR - LACTEOS BRASIL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS E	21,44	21,44	0,00
MADEF SA INDUSTRIA E COMERCIO	30,26	0,00	39,45
MESBLA S A	(**)	(**)	(**)
METANOR S A METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MOTORADIO S A COMERCIAL E INDUSTRIAL	(**)	(**)	(**)
MOVIDA PARTICIPACOES S.A.	5,95	5,95	0,00
NESBER S/A	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL	33,28	0,00	100,00
NOVA AMERICA S A	6,50	10,41	1,34
PADTEC HOLDING S.A.	22,76	22,76	0,00
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	5,75	0,00	13,61
PIRAMIDES BRASIL S A INDUSTRIA E COMERCIO	(**)	(**)	(**)
PROGEN S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S/A	25,34	25,34	0,00
ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
S A INDUSTRIA E COMERCIO CHAPECO FALIDO	29,65	30,12	(*)
SAM INDUSTRIAS S/A	15,26	22,78	0,00
SANTA CLARA AGROCIENCIA S.A.	19,90	19,90	0,00
SIMPAR S.A.	10,00	10,00	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPACOES S.A. EM RECUPERACAO JUDICI	3,62	3,62	0,00
TAUM CHEMIE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS S	36,36	0,00	100,00
TBM - TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	34,98	42,10	0,00
TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.	5,09	5,09	0,00
TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A	1,54	0,18	2,97
TRANSPARANA S A	(**)	(**)	(**)
TREVISIA INVESTIMENTOS SA	12,94	0,00	23,21
TUPY S/A	30,69	30,69	0,00
UNITEC SEMICONDUCTORES S/A.	33,02	40,67	0,00
USINA SANTA OLIMPIA INDUSTRIA DE FERRO E ACO S A	(**)	(**)	(**)
VAMOS LOCACAO DE CAMINHOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A	5,39	5,39	0,00
VLI S.A.	8,00	8,00	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

(**) Composição do Capital Social (ações emitidas) não disponível

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 30/06/2026

Empresas	Quantidade debêntures
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	5.944
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	29.087
VALE S/A	140.239

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A – BNDESPAR
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do BNDES Participações S/A - BNDESPAR ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COAUD

BNDESPAR

Primeiro semestre de 2026

Apresentação

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Resolução CVM nº 23/2021, Estatuto Social da BNDESPAR e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Comitê de Auditoria é composto por 5 (cinco) membros, na sua totalidade independentes, sendo que seu Coordenador também é membro titular do Conselho de Administração.

Os administradores do BNDES e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Sistema BNDES está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BNDES e das subsidiárias. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo COAUD, conforme Plano Anual de Trabalho 2026, aprovado pelo Conselho de Administração da BNDESPAR, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bndes.gov.br.

No primeiro semestre de 2026, o COAUD realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 10 (dez) reuniões extraordinárias, contemplando 132 (cento e trinta e duas) apresentações de diversas Áreas, bem como a análise e a discussão de 176 (cento e setenta e seis) expedientes diversos recebidos no âmbito de seu plano de trabalho.

O COAUD reuniu-se com a Presidência e representantes das Diretorias Executivas das empresas do Sistema BNDES, com seus Conselhos de Administração e Fiscal, com o Comitê de Riscos, com Superintendências e Departamentos, Auditorias Interna e Independente, Corregedoria, Ouvidoria, Comitê de Ética, consultoria atuarial e com diretores da Fapes.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos eixos temáticos prioritários: sistemas de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, gestão atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou ao Conselho de Administração informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão, à Auditoria Interna e à Auditoria Independente, envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações são acompanhadas pelo COAUD.

Não chegou ao conhecimento do COAUD a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade ou a reputação da Instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relativamente às demonstrações contábeis.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD concluiu que:

- a) os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do BNDESPAR e são objeto de atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do banco e

com a legislação aplicável;

e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de previdência complementar patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;

f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;

g) as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDESPAR em 30/06/2026, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários), e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, encontrando-se em condições de serem deliberadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2026.

NELSON EDGAR LEITE
Coordenador do COAUD

ADÉZIO DE ALMEIDA LIMA
Membro do COAUD

CARLOS AHMAR
Membro do COAUD

MARCOS TADEU DE SIQUEIRA
Membro do COAUD

WALDEMIR BARGIERI
Membro do COAUD

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09
NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30/06/2026 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA CONJUNTA ACO/DEPCO Nº 12/2026 e ACO/DETRIB nº 09/2026 de 03/08/2026 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Trimestrais - ITR do período findo em 30 de junho de 2026; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais – ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
Jean Keiji Uema
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Maria Fernanda Ramos Coelho
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09
NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30/06/2026 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA CONJUNTA ACO/DEPCO Nº 12/2026 e ACO/DETRIB nº 09/2026 de 03/08/2026 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Trimestrais - ITR do período findo em 30 de junho de 2026; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais – ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
Jean Keiji Uema
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Maria Fernanda Ramos Coelho
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho